

# ELLO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVII Mar. 2001 01/03/01 Nº 306 Preço 140\$00

• **Economia social**  
Seminário na Sede Nacional aborda modelos de gestão virados para o indivíduo  
página 2

• **Reabilitação**  
Deficiente de guerra imobilizado por trombose não se deixa vencer pela doença  
página 8

• **Castelo Branco**  
Eleições para os Órgãos Sociais da Delegação no dia 28 de Abril. Convocatória na  
página 6

• **Quotas de Emprego para Deficientes**  
Novo Decreto-Lei entra em vigor no próximo mês de Maio  
página 12



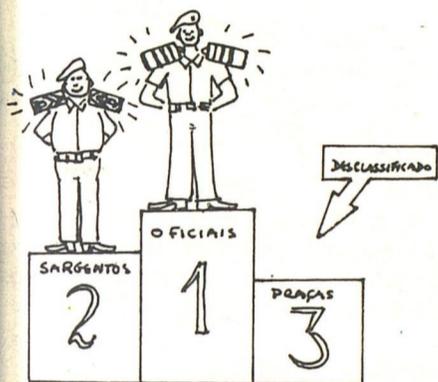
PORTE PAGO

## Reunião do CCADFA

Aplicação do DL 503/99 aos militares poderá ter alternativa em breve

página 16

Injustiças do DL 134/97 Governo e AR querem encontrar solução



página 16

Euro ADFA assina protocolo com a Comissão Nacional do Euro



página 11

# Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa toma posse



página 9

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar pelas 14h00, do dia 21 de Abril de 2001, na cidade de Lisboa, no Salão do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, sito na Av. Rainha D. Amélia ao Lumiar, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto um – Analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução do orçamento de 2000 da ADFA (alínea c) do artigo 34º);
- Ponto dois – Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, Relatório e Contas da DN e analisar o Parecer do CFN (alínea b) do artigo 34º);
- Ponto três – Proposta de actualização de quotas para 2002 (alínea e) do artigo 34º);
- Ponto quatro – Ponto da situação sobre Reivindicações Legislativas;
- Ponto cinco – Informações da DN.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2001

A Mesa da Assembleia Geral Nacional  
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício  
(Presidente)

Seminário na Sede

## "Economia Social" na Sede da ADFA

RAFAEL VICENTE



A Direcção Nacional convidou todos os associados, colaboradores e trabalhadores a participarem no Seminário "Economia Social", que decorreu no Salão Nobre da Sede Nacional, no dia 17 de Fevereiro, que teve como orador Carlos Dias da Silva, assessor para o Programa Rede.

Os temas apresentados foram "Solidariedade e Economia - Novas Estratégias e Desafios nas Organizações da Sociedade Civil", "Eficiência e Eficácia nas Organizações sem Fins Lucrativos" e "Para uma Solidariedade Consequente - Significado e Sentido da Qualidade da Economia Social", a que se seguiu um participado debate em que tanto os associados como os dirigentes

e os trabalhadores colocaram questões sobre o tema, apresentando também as suas opiniões.

Na abertura, Patuleia Mendes, presidente da DN, saudou o orador, o coordenador do projecto, Sousa Rego, e a coordenadora na ADFA, Olga Lebre.

O presidente aludiu também à evolução que tem acarretado uma "cada vez maior participação das organizações não-governamentais na sociedade."

"Os desafios são muitos, com a sociedade de Informação emergente", salientou ainda Patuleia Mendes, referindo-se ainda à "vertente solidária da comunidade voltada para o acompanhamento do passo vertiginoso das novas tecnologias e saberes."

Deixou ainda uma mensagem sobre a necessidade de que se passe palavra sobre esta temática a todos os dirigentes da ADFA.

Sousa Rego falou sobre o Programa Rede, "desenhado para reforçar a capacidade de gestão das pequenas empresas (até 50 trabalhadores)", destacando ainda a dimensão e expressão económica da ADFA,

para além da sua função social.

Dias da Silva foi ainda mais longe, quando afirmou que muitas empresas estão e devem continuar a adoptar os modelos de Economia Social das instituições sem fins lucrativos. "Hoje importa mais o indivíduo do que o segmento de mercado", referindo que "as soluções passam cada vez menos pelas estruturas e cada vez mais pelas pessoas."

O orador apresentou a diferença entre os conceitos de eficiência ("fazer bem feito") e de eficácia ("fazer o que deve ser feito") para ilustrar o cuidado a ter com a identidade da organização e evidenciou o conceito de intercooperação ("trabalho de equipa") como base do bom funcionamento de uma Associação como a ADFA.

Já nas conclusões, Dias da Silva lembrou que "polivalência não é o mesmo que multivalência", sendo a segunda prejudicial às organizações pecando por falta de competências dos funcionários. Para o orador "é necessário formar para as competências e não para as qualificações." •

R.V.

## Breves

### Programa "Casa Aberta"

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) lançou uma publicação onde se faz uma avaliação sobre o Programa "Casa Aberta", criado em 1996 e desenvolvido em parceria pelo seu Departamento de Acção Social e a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores - Centro de Recursos Sociais, tendo por objectivo a anulação das barreiras arquitectónicas nas habitações de pessoas com mobilidade reduzida.

"Todos os cidadãos têm o direito de utilizar as suas capacidades físicas, intelectuais e afectivas, devendo as habitações estar adaptada às condições de mobilidade de cada um", refere-se no documento.

Para solicitar o apoio do Programa Casa Aberta, os interessados devem dirigir-se ao Departamento de Acção Social da CML através de carta/requerimento, na qual deve constar o nome, morada, as razões do pedido e o tipo de intervenção pretendida.

O pedido é avaliado por uma equipa multidisciplinar, constituída por assistentes sociais, arquitectos e terapeutas ocupacionais que, após visita à habitação, elaboram uma análise sócio-económica do agregado familiar com base no rendimento anual per capita, avaliando a taxa de comparticipação nas obras a efectuar e projectando as adaptações necessárias.

Em caso de conflito entre o inquilino e o proprietário do edifício, o Programa disponibiliza o apoio jurídico necessário à obtenção da autorização para a execução de obras.

Desde 1991 já foram realizadas 130 intervenções, estando, neste momento, 25 casos à espera de resolução. O orçamento para o Programa tem vindo a aumentar e atinge hoje os 37 mil contos. •

### Telemantenção

A TELEMANTENÇÃO, uma empresa de "Outsourcing", em regime de Teletrabalho, com origem num consórcio que reúne a Portugal Telecom, a Microsoft, a Hp, a Edson/FCB, a Price Waterhouse/Coopers e o Diário de Notícias, para o projecto PORCIDE, através do qual foram integrados 20 defi-

cientes motores no mercado de trabalho, trabalhando a partir de casa.

O consórcio pretende agora renovar o PORCIDE com o lançamento de 60 novos teletrabalhadores deficientes em serviços como helpdesk, traduções, programação, computação gráfica e processamento de texto, entre todos os possíveis em regime de teletrabalho. Os requisitos mínimos dos candidatos são a escolaridade mínima (11º ano). Para os candidatos às funções de helpdesk requer-se também bons conhecimentos de inglês.

A ADFA, através do Departamento de Reabilitação e Apoio Social (DRAS), telefone 21 7512600, extensão 219, vai ser o elo de ligação entre os associados candidatos e a TELEMANTENÇÃO, fazendo chegar informação sobre as candidaturas ao projecto. •

### Associados vão ao teatro

No passado dia 20 de Fevereiro, um grupo de associados, familiares e trabalhadores da ADFA assistiram ao espectáculo de Filipe La Féria, "Amália", numa iniciativa em que todos auferiram de um desconto no preço dos bilhetes. "Foi uma excelente oportunidade para o convívio e para a distração, num espectáculo de grande qualidade", comentaram alguns dos associados presentes. •

### Editoras colaboram

A ADFA fez um apelo às editoras para que cedessem obras de interesse geral à Biblioteca da Sede Nacional, tendo a solicitação tido resposta breve com os primeiros contactos e cedências durante a última quinzena de Fevereiro. As Edições Colibri, a Edideco, as Edições Pé da Serra, a Editorial Estampa e as Edições Silabo foram as empresas que prontamente responderam, enviando as suas obras para a Sede Nacional. A Direcção Nacional agradeceu e espera novos contactos com as restantes editoras. •

### Serviços de Aconselhamento e Apoio

Serviço de Informação às Mulheres Vítimas de Violência - 0800 20 21 48 (chamada gratuita).

Alcoólicos Anónimos - 21 716 29 69

Centro SOS Voz Amiga (ajuda na solidão, angústia, desespero e prevenção do suicídio) - das 12 às 07 horas - 21 354 45 45 e das 21 às 24 horas - 0800 20 26 69 (chamada gratuita).

Serviço TeleAlarme (Programa de Apoio Integrado a Idosos) - 21 793 33 60

SOS Solidão (angústia, solidão e prevenção do suicídio) - todos os dias, das 16 às 01 horas - 0800 20 55 35 (chamada gratuita).

Linha do Cidadão Idoso (informação e encaminhamento) - dias úteis, das 09 às 17 horas - 0800 20 35 31 (chamada gratuita). •

### Falso peditório

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) denunciou, em Fevereiro, a realização de um falso peditório em seu nome.

"Como nunca foi prática desta instituição a realização deste tipo de actividade, vimos denunciar a fraude que neste momento está a ser posta em prática, por indivíduos que, aproveitando-se do bom nome da nossa casa, pretendem enganar a sociedade civil, abusando da boa fé do público", referiu a direcção daquela instituição. •

### SNRIPD

O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) atribuiu no passado dia 20 de Fevereiro, no Centro de Investigação e Formação Maria Cândida da Cunha (CIFMCC) - Quinta da Malvasia, Unhos, Sacavém, o Prémio de Mérito Científico "Maria Cândida da Cunha" 2000 ao professor doutor Augusto Deodato Guerreiro pelo seu trabalho subordinado ao tema "As Vantagens da Tecnologia da Tiflografia - Contributos para o Alargamento do Paradigma Comunicacional", aprovado por unanimidade pelo Júri Nacional constituído para o efeito.

O Prémio insere-se no âmbito do Programa "Ciência, Inovação e Tecnologia" (CITE) do ano 2000 e "constitui um excelente trabalho na área da comunicação, contribuindo significativamente para a qualidade de vida das pessoas cegas e amblíopes", foi referido na cerimónia de entrega do galardão. •

R.V.

## Agenda

### Reunião de associados na Sede Nacional

No dia 16 de Março, Sexta-feira, pelas 18h00, vai ter lugar uma reunião de associados na Sede Nacional, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1 - Instalação da Delegação de Lisboa; 2 - Eventos associativos: a) Encontro nacional de mulheres associadas e de associados; b) 27.º Aniversário da ADFA - Organização em Viseu; 3 - Estratégia reivindicativa.

### Reunião da Delegação de Famalicão

No 1.ª 3.ª feira de Março, dia 06, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

### Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1.º e 3.º Sábados de Março, dias 03 e 17, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1.º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

### Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Março, das 9h00 às 12h00.

### Pesca I

No dia 4 de Março, Domingo, pelas 07h00, vai realizar-se o I Concurso de Pesca Desportiva, em Sesimbra, organizado pela Pescamar - Zuca, contando com a participação da equipa de pescadores da ADFA (Sede Nacional).

### Eleições em Guimarães

No dia 10 de Março, Sábado, das 09h00 às 12h00, vão realizar-se eleições no Núcleo de Guimarães, nas suas instalações.

### Pesca II

No dia 11 de Março, Domingo, vai ter lugar o XXIII Concurso de Pesca Desportiva de Rio, no Mondego, Choupalinho, Choupal e Formoselha, com organização da Delegação da ADFA em Coimbra.

### Almoço associativo

No dia 08 de Abril, Domingo, a Delegação de Faro vai realizar, em Vila Real de Santo António, um almoço-convívio de comemoração do aniversário da Delegação, no restaurante "Caçarola". O evento vai contar com a presença do presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e dos Órgãos Sociais da ADFA. O preço é de 3.000 escudos por pessoa.

### Assembleia Geral da ADFA

No dia 21 de Abril, Sábado, pelas 14h00, realiza-se a Assembleia Geral Nacional Ordinária da ADFA, nas instalações do Lar Militar da Cruz Vermelha.

### Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Adriano Lima Gomes	João da Silva
Albino Moreira dos Santos	João Paulo L. P. B. Thedim
Ana de Jesus Barros Fonseca	José Alves Ribeiro
Angelino da Silva Tavares	José Maria dos Santos Mendes
António Carlos Malhão	Julietta A. M. Teixeira Nunes
António João C. Parda Cesar	Laurinda Araújo Ferreira
António J. da Silva Rodrigues	Manuel da Silva
António Maria Trindade Simas	Manuel da Silva Bairos Júnior
António Nunes Moreira	Manuel dos Santos Neves
António Sousa Cavalheiro	Manuel Mendes de Sousa
Apolinário Braima Camará	Manuel Valadares
Bernardo Tuisse Guente	Maria Augusta N. de Sousa
Capitolina C. de Castro Pereira	Maria da Conceição P. da Silva
Carlos Manuel V. Rosa Ferreira	Maria Eugénia F. Mendes
Cristino Jesus Gonçalves	Martinho Lama A. Danfa
Dália E. de Jesus P. Marques	Raimundo Alexandre
Eduardo da Silva Carneiro	dos Santos Fortuna da Silva
Francisco Cristovão Cravo	Ramiro Jaime Marques

# ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz, Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Aitor Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Rosa, Orlando Correia DIRECTOR: António Carreiro REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES: Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Capela Gordo, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lía Katali, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Carreiro, Nuno Santa Clara, Rogério Rodrigues e Sá Flores. ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrico CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: José Conceição PRE-IMPRESSÃO: Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7.º C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA, Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Registro de Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 1 400\$00 Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 000 exemplares

Episódios



O fado dos militares

José Diniz

Um destes dias, ao passar em revista os maus bocados passados nos matos e picadas de Moçambique, procurei recuar no tempo e imaginar-me um marinheiro das caravelas de Vasco da Gama, um soldado de Afonso de Albuquerque, um artilheiro da Guerra Peninsular, um companheiro de Serpa Pinto, um cavaleiro de Mouzinho de Albuquerque, um infante da Grande Guerra.

Nos meses que levavam as viagens de Lisboa à Índia os marinheiros das caravelas passavam por perigos sem conta: fome, sede, doenças, naufrágios, ataques dos piratas.

Ser soldado nas forças de desembarque do grande Almirante das Índias e aguentar as testas de ponte nas praias do Mar Vermelho ou nas tomadas de Goa ou de Malaca deve ter sido um esforço sobre-humano.

Arrastar as peças de artilharia pela Serra do Buçaco acima ou a perseguir as tropas napoleónicas por caminhos de Portugal e de Espanha foi um pesado jugo para os artilheiros dos anos de 1808 a 1814.

Ir da costa atlântica de Angola à costa índica de Moçambique desbravando a selva africana com todos os seus mistérios e perigos foi outra epopeia sobre-humana.

Participar nas cargas da Cavalaria Portuguesa nas campanhas de pacificação de Angola e de Moçambique, foi bem penoso para os últimos cavaleiros do Império.

As picadas que percorremos no norte de Moçambique e no sul de Angola nos anos 60, montados em Unimog ou Berliet, palmilharam-nas os infantes dos princípios do séc. XX com meios de transporte em que ainda predominava a tracção animal. Estes nossos antecessores mais directos suportaram em muito mais elevado grau os mesmos perigos e privações em África e morreram aos milhares nos campos da Flandres.

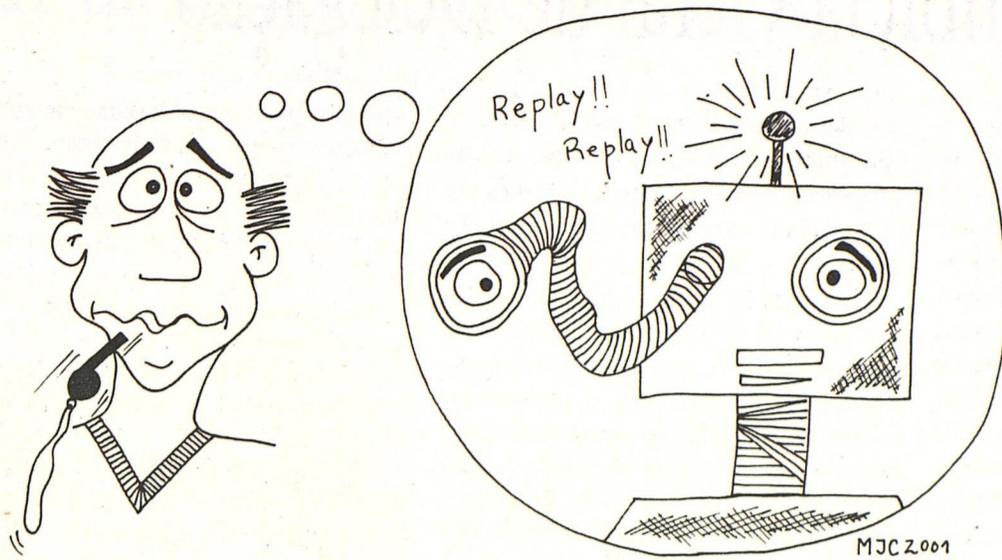
A Guerra Colonial acabou há 26 anos e travou-se nas condições e com os efeitos de que muitos de nós somos testemunhas. Depois dela parecia que os nossos militares estariam condenados à vida entediante e rotineira do quartel, advogando alguns iluminados a sua "exterminação", por inutilidade e peso morto no orçamento.

Porém, hoje, alguns milhares de soldados portugueses voltaram a África e estão nos Balcãs e em Timor já não executando políticas de conquista e opressão, mas cumprindo missões de paz e de cooperação, suportando privações e baixas remunerações.

Em todos os continentes e ao longo de séculos os militares portugueses estiveram em "perigos e guerras esforçados mais do que prometia a força humana". As sujeições a estes esforços por vezes sobre-humanos e a códigos de conduta rígidos é que fazem do militar um cidadão diferente cuja condição e estatuto também tem de ser especial. •



Grande Plano



MJC 2.001

Crónica das quatro linhas...



Jaime Ferrer

Quando sobe no mastro bandeira, não é o estandarte do Porto, do Sporting, do Benfica, do Braga... que ondula ao vento. É sempre a bandeira das quinas e o hino deste país que nos envinagra os sentimentos e nos permite a lágrima rebelde.

Eu não sou um louco pelo futebol... Tenho a minha simpatia, limitada e racional, por um clube grande e uma estima (de associado que fui) por uma equipa modesta com a qual me habituei a perder e a desculpar. Gasto, com parcimónia, alguns instantes da vida vendo pela "caixa" mágica uma ou outra partida. Confesso-me quase incapaz de ser completamente atento em todos os 90 minutos. Afóra isso tenho em mim o Eusébio, o sonho de Inglaterra no susto coreano de 1966. Depois dele agarro alguns génios que tratam a bola por tu e respeito-os como se todos esses se chamassem Figs. A mim não me atrapalha o dinheiro que ganham, a fama que lhes aura a vida, os autógrafos que distribuem nas disputas do povoléu. Pelo contrário, tenho grande orgulho neles, no seu esforço e como agradecimento pelo muito de Portugal que levam além fronteiras. Reconheço o papel social dos clubes onde se fizeram desportistas e profissionais. Sinto-me feliz por não ser ministro e não ter de dizer que esses clubes são apenas empresas com obrigações fiscais claras... É por isso que deste canto do norte me apetece gritar que muito embora tenham de pagar (todos temos as nossas responsabilidades fiscais) os clubes são mais, muito mais que empresas... Não é só futebol o que cada um oferece... Onde estariam a Rosa Mota, o Carlos Lopes, a Manuela Machado, os irmãos Castro, a Fernanda Ribeiro e tantos outros que honram mais o país que os clubes onde se fizeram? Quando sobe no mastro bandeira, não é o estandarte do Porto, do Sporting, do Benfica, do Braga... que ondula ao vento. É sempre a bandeira das quinas e o hino deste país que nos envinagra os sentimentos e nos permite a lágrima rebelde.

E as centenas de garotos que fazem andebol, judo, natação, volei, ciclismo, deslizam em patins de glória nas glórias que foram Adrião, Moreira, Livramento, Rendeiro e tantos outros?

Ultimamente cada vez se confundem mais os clubes com o futebol que praticam... Futebol que tem estado sob baterias de arrazoadas opiniões não tanto pela arte praticada mas pelo juízo que dela é necessário fazer. A cada derrota que cada influente equipa acrescenta a anteriores desaires correspondem chorrilhos de culpas, alheias e previamente encomendadas. No passado insultavam-se os árbitros. A grande moda, hoje, é considerá-los uma máfia (descobri que no dicionário de alguns dirigentes máfia quer dizer sistema) e atribuir-lhes poderes de super heróis que efectivamente não possuem. A televisão não é apenas a caixa mágica que nos aproxima dos relvados com a comodidade do frio que não castiga, da chuva que não molha, do insulto de que estamos safos em humores de adeptos insatisfeitos... A televisão é antes de mais a prova do fora-de-jogo que não foi, uma certeza na falta simulada na grande área, o encher de papo no dedo acusador com que chamamos gatuno ao árbitro. Sobre ele e os fiscais de linha abate-se hoje um chorrilho de acusações como se os homens tivessem de o deixar de ser para serem apenas computadores, com tantos olhos quantas as muitas teleobjectivas duma transmissão em directo e um replay mais rápido que a mais sofisticada câmara digital. Ainda há dias, num relato a dois de um jogo de futebol, os repórteres cruzaram duas distintas opiniões sobre um só apito de quem dirigia a partida. Quatro olhos, a comodidade duma bancada, os meios sofisticados duma transmissão... e tempo de sobra para depois comentar, confirmar, verificar a "certeza" duma primeira impressão.

Os árbitros não precisam da minha defesa. Precisam da nossa compreensão. São apenas homens e há fanáticos que os querem ver como robots, absolutos, com zoom e veloz replay. Um árbitro não é um computador nem tão pouco "O Olho do Grande Irmão". Para isso arranjem uma equipa de árbitros que tenham por suporte a televisão que gritem golo quando a assistência já estiver de garganta muda ou anulem as emoções que instantes atrás fizeram tremer o estádio.

Façam de cada jogo um resultado provisório e confirmem, depois das certezas televisivas, as vitórias de rigor digital. Pelo menos estou certo que a nenhum dirigente os adeptos poderão, ao vivo, chamar de filhos da mãe muito embora, alguns, reconhecidamente e por actos, o mereçam ser. •

Editorial

Eco no mias



António Carreiro

Quando venho à ADFa aos sábados é sempre para debater assuntos, sempre importantes mas sempre sobre os mesmos temas associativos.

No passado dia 17 foi diferente: o tema era a economia social e quem falou vinha do exterior, estava fora do ambiente associativo e falou com a autoridade do "estado de graça" de quem não se banaliza por aqui paulatinamente.

O orador falou e galvanizou a assistência que, pena é, deveria ter sido constituída, pelo menos, por todos os nossos dirigentes associativos.

Foram apresentados aspectos gerais e abstractos que traduzidos para a nossa real e concreta realidade são deveras importantes.

Descobrimos que afinal economia social e economia empresarial são simplesmente economia e que também as empresas devem inspirar-se nas associações. O que conta é a capacidade do gestor... Curioso!

Descobrimos que os fabricantes de automóveis já têm o indivíduo como alvo e não segmentos de mercado e que as fábricas de pronto a vestir se preocupam como é que hão-de fazer fatos em série... por medida, isto é, trabalhando para a pessoa e não para um grupo estratificado. Interessante!

Mas por cá ainda se defende "que o que vale é o "tudo ao molho e fé em Deus", tipo "open space" da praça da Ribeira e que as consultas e apoio ao associado devem ser prestados no meio da malta, de preferência com a boca cheia com alguma "buchá", muitos gafanhotos e dois copos do tinto de garra-fão.

Atendimento reservado, íntimo, cuidado com atenção e reflexão? Para quê essas modernices? O associado que ponha mas é a vida aí ao sol. "É mais giro do que Big Brothers, pá!"

Ouvimos falar de eficiência, eficácia, produzir competências, polivalências e multivalências. Mas qual é o interesse disso? O que nós queremos é despachar e paus para toda a colher!

Ou será que alguém se vai interessar por estas coisas. •



Opinião

# Assembleia Geral de Delegação

Com 26 anos, a Delegação da ADFA de Viseu, realizou no dia 10 de Fevereiro a Assembleia Geral de Delegação para apreciação do relatório de actividades e contas da Direcção da Delegação (DD), do parecer do Conselho Fiscal da Delegação (CFD) e de outros assuntos de interesse associativo.

No que se refere às actividades e contas da DD, foi reconhecido pela Assembleia, o esforço, o empenho, a dinâmica associativa imprimida há cerca de uma dúzia de anos que guindou a Delegação em todo o universo da ADFA para uma vida associativa activa, de perfeita actualização em todos os sectores, não descurando o financeiro, que conduziu a termos hoje instalações próprias e uma

carrinha de nove lugares, reconhecido pela Assembleia e bem vincado no parecer do CFD. Posto a votação, foram aprovados por unanimidade. Um exemplo a seguir por outros!

Nos outros assuntos de interesse associativo, foi debatido o DL 134 /97, de 31 de Maio, que a Assembleia de Delegação achou dever abranger todo o universo dos deficientes das Forças Armadas, conforme o defendido pela Direcção, por a isso os DFA terem direito. Neste ponto foi debatida a estratégia legislativa a seguir, entendendo a Assembleia que o assunto de momento é o 134/97 e por isso na actualidade é o que está a ser tratado, e é o que é prioritário, não descurando os combatentes deficientes que foram feridos no teatro de guerra e os

acidentes estão considerados em serviço, assistência médica digna em todo o Portugal com participações médicas a tempo e horas, possibilidade da revisão de processos para todos os combatentes deficientes militares, da forma como está a ser tratado o PTSD - Stress de Guerra em Viseu, bem como a criação do Estatuto dos Deficientes Militares, que coloque todos no mesmo estatuto e os tire do Estatuto da Função Pública.

Falou-se das actividades a realizar na cidade da Guarda, no norte do distrito, zona de Armamar e no 27º aniversário da ADFA, que está a ser preparado em Viseu, de 7 a 13 de Maio, para o qual se pediu o empenho, a colaboração, a presença dos associados, familiares e amigos de toda a ADFA, em todas as acções associativas, culturais e recreativas. •

João Gonçalves

## Tomada de Posse

Na presença de alguns amigos, no dia dezoito do mês de Janeiro, foi a tomada de posse dos órgãos da Delegação de Viseu da ADFA, para o triénio 2001/2003.

Na altura, o presidente da MAGD, Pais Ferreira, proferiu palavras de preocupação quanto ao futuro, não deixando de aconselhar a Direcção, alertando para a difícil tarefa que vai ser este mandato, ao verificar que a terceira idade já chegou! No entanto, não deixou de enaltecer todo o trabalho desta

Delegação, dizendo ser um exemplo a seguir, e por isso, apesar das dificuldades que aí vêm, vamos em frente, rumo ao futuro!

Também se pronunciaram outros elementos, preocupados com a forma como o Deficiente é visto hoje na sociedade, na área empresarial e outras, afirmando que a Direcção tem que estar atenta a todos estes factores, fenómenos que surgem e que é preciso desmistificar, fazendo valer a voz da razão.

O Presidente da Direcção fez uma explanação do quanto foi difícil levar a ADFA aquilo que é hoje na sociedade nacional e internacional, acreditando que com muito empenho associativo, a colaboração dos associados e amigos da ADFA este primeiro mandato do novo século será o ano da concordância, da paz e da justiça para toda a família militar, Deficientes das Forças Armadas. •

## Breves

### Declarações do IRS

A Delegação de Viseu informa que se encontram em preenchimento as declarações do IRS, cujo prazo termina a 15 de Março.

"Aos associados interessados lembra-se que podem deslocar-se à Delegação de Viseu, para preencher os impressos que têm que ser entregues nas Finanças até àquela data", referiu

João Gonçalves, presidente da Direcção da Delegação de Viseu. •

R.V.

### Actividades

Neste final do milénio, início do novo século, os órgãos da Delegação, reuniram com o bispo de Viseu, com o governador civil, presidente da Câmara, presidente da Junta de Freguesia e

comandante do RI-14, a quem apresentamos cumprimentos, desejamos Boas Festas, Votos de um excelente Ano de 2001. Tivemos a oportunidade de apresentar o programa provisório das actividades a realizar no corrente ano, incluídas no 27º Aniversário Nacional da ADFA, ano que desejamos de concordância e de paz no Mundo. •

A Direcção da Delegação

### Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

#### Fernando Castro e Silva

Associado n.º 7379  
49 anos  
Faleceu no dia  
06/12/00



Residia em Oeiras. Serviu em Angola, no Agrupamento de Serviço de Material de Angola.

#### José Moreira

Associado n.º 9297  
52 anos  
Faleceu no dia  
28/11/00



Residia na freguesia de Foz do Sousa, Gondomar. Deixa viúva Albertina Alves da Silveira Moreira. Serviu em Moçambique, onde integrou a Companhia de Artilharia N.º 2734, Regimento de Artilharia Ligeira N.º 5 (Penafiel).

#### Manuel Moreira da Silva

Associado n.º 9652  
62 anos  
Faleceu no dia  
22/12/00



Residia no Montijo. Deixa viúva Maria José Gonçalves da Silva Santos Moreira da Silva. Serviu em Angola, na 4.ª Companhia de Caçadores Especiais/Regimento de Infantaria N.º 10 (Aveiro) e Companhia de Caçadores Especiais n.º 368/Batalhão de Caçadores N.º 5 (Lisboa).

## FALECEU



António Sousa Gouveia

No passado dia 26 de Janeiro faleceu o nosso associado e ex-trabalhador António Sousa Gouveia. Foi com muita emoção que todos assistimos à despedida do nosso colaborador que durante 19 anos muito contribuiu para o desenvolvimento da Delegação de Famílias. À família a Direcção, restantes órgãos sociais e trabalhadoras, bem como as Direcções dos Núcleos apresentam os seus mais sentidos pésames.

# JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interiores

### Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

**Desconto 10% a todos os Associados**  
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA  
Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

# Assembleia Geral da Delegação do Porto

ANABELA VIEIRA



Aspecto da Assembleia Geral da Delegação do Porto

Realizou-se no passado dia 10 de Fevereiro a Assembleia Geral da Delegação do Porto com o intuito de apreciar e votar o relatório de actividades e contas da delegação do ano 2000. Além do relatório, que foi

aprovado por unanimidade, foram também aprovadas as propostas colocadas à mesa pelos associados José Noronha e Daniel Folha. A primeira, apresentada por José Noronha, dizia respeito à aprovação de um

voto de gratidão aos trabalhadores e colaboradores pelo esforço de acompanhamento aos associados. Uma outra proposta, também apresentada por este sócio e aprovada por todos os associados presentes, salientava a necessidade de a Direcção da Delegação apresentar um agradecimento formal a todas as instituições que durante o ano de 2000 disponibilizaram os espaços para a realização das reuniões de associados. Outra proposta, desta vez apresentada pelo associado Daniel Folha e também aprovada pelos presentes, apontava para a realização de uma reunião com o objectivo de apresentar as conclusões do inquérito feito aos deficientes considerados em serviço, cuja classificação foi resultante de acidentes ou doenças adquiridas nas ex-colónias.

Sendo a resolução da questão dos deficientes em serviço uma das prioridades apontadas por esta direcção, o assunto vai ser discutido numa reunião já agendada para o próximo dia 24 de Março, pelas 15 horas na Delegação do Porto. •

AV

## Núcleo de Chaves consegue Instalações

Teve lugar no passado dia 17 de Fevereiro a primeira reunião dos associados de Chaves do ano 2001. A cedência, por parte da autarquia, de um espaço para a instalação do núcleo de Chaves, foi a grande novidade. Embora com um carácter transitório, estas instalações irão albergar um pólo de ajudas técnicas. Para isso o Núcleo conta com o apoio do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG).

Agendado ficou também o "II Encontro de Deficiência e Reabilitação no Alto Tâmega" a realizar em Boticas nos dias 29 e 30 de Junho próximo, este ano subordinado ao tema "Acessibilidades".

A actual situação dos Deficientes em Serviço foi um outro assunto em destaque. A este propósito foi apresentada e aprovada uma proposta que consta do seguinte:

"1 - Apoiar a reunião do dia 24 de Março,

no Porto, com os deficientes em serviço para análise do decreto 134/97 e tomada de posição;

2 - Apoiar as posições já assumidas pela Delegação do Porto quanto à mesma matéria;

3 - Repudiar a forma como foi aprovado o decreto-lei 134/97, em nítido prejuízo para os deficientes em serviço e outras situações de desigualdade que lesão gravemente estes deficientes". •

## Encontro das Mulheres da ADFA



A Delegação do Porto está já a preparar o próximo encontro de mulheres da ADFA. Este encontro é destinado a todas as mulheres que tenham ligação ao deficiente militar, seja, esposa, filha ou viúva. Dado o grande sucesso alcançado no último encontro, este ano a iniciativa será alargado a nível nacional. A organização lança já o repto à participação de todas as senhoras. Para mais informações as interessadas deverão contactar a Delegação do Porto.

**Se está inactivo e com vontade de alargar os seus horizontes  
Venha ocupar os seus tempos livres  
Inscreva-se no Centro de Actividades Ocupacionais  
Informe-se na Delegação do Porto**

## Conselho de Delegação do Porto

### Comunicado

O Conselho de Delegação do Porto reunido em três de Fevereiro de 2001, ao inteirar-se da forma como decorreu a reunião do Conselho Nacional de 20 de Janeiro de 2001, tomou conhecimento do artigo publicado no jornal "ELO" do mês de Fevereiro, sob o título "ADFA- Rumo ao Futuro", da autoria do Presidente da Delegação de Viseu, João Gonçalves.

O Conselho de Delegação do Porto, considerando que o referido artigo é ofensivo da dignidade do Conselheiro Alberto Casais e da Delegação do Porto, decidiu o seguinte:

1. Louvar a forma como o Conselheiro Alberto Casais apresentou e defendeu nessa reunião do Conselho Nacional, de forma inequívoca, as legítimas orientações discutidas e aprovadas por este Conselho de Delegação que é, em termos Estatutários, o garante da defesa da vontade dos Associados da Delegação do Porto;

2. Expressar a sua estranheza e repudiar o facto de neste artigo ter sido ao conselheiro Alberto Casais imputada a responsabilidade pela não aprovação de uma proposta apresentada pelo conselheiro João Gonçalves.

Face aos documentos já recebidos da Mesa da Assembleia Geral Nacional, a referida proposta foi rejeitada pela maioria dos elementos do Conselho Nacional;

3. Clarificar a sua posição sobre o que considera prioritário na actualidade, em termos reivindicativos, reafirmando o conteúdo do ponto 4 da proposta apresentada pelo conselheiro Alberto Casais e que a seguir se transcreve:

"Todos os Deficientes das Forças Armadas devem ser tratados em igualdade de circunstâncias por forma a eliminar todas as discriminações, nomeadamente nas questões relativas à aplicação do conceito de campanha, a graduações/promoções, no tratamento de deficientes de origem africana, na progressão de escalões e dos que foram presentes a Juntas de Saúde antes e depois do DL 43/76 de 20 de Janeiro (6ª. Conclusão do Congresso);

4. Dar conhecimento deste comunicado aos Órgãos Sociais Nacionais e solicitar a sua publicação no próximo jornal "ELO".

Porto, 03 de Fevereiro de 2001

Pelo Conselho de Delegação  
O Presidente da M.A.G.D.

Henrique Tomaz M. Rodrigues

### Agenda da Delegação

#### Dia 10 de Março

15 h00 reunião de associados na Lixa

#### Dia 17 de Março

10h00 - Reunião de associados em Arouca

15 h00 - Reunião de associados em Santa Maria da Feira

#### Dia 24 de Março

15h00 - Reunião de associados na Delegação do Porto para apresentação das "Conclusões do Inquérito aos Deficientes em Serviço"

#### Dia 31 de Março

15h00 - Reunião de Associados em Paredes

#### Dia 7 de Abril

15h00 - Reunião de associados na Delegação do Porto

### Passeio Anual da Delegação do Porto

A Delegação do Porto está a já a preparar o habitual passeio anual da Delegação, este ano com destino ao sul de Espanha. A iniciativa terá lugar na segunda quinzena de Agosto em data ainda a confirmar. Os interessados deverão fazer as suas inscrições na Delegação do Porto.

## Castelo Branco Concerto da Primavera

No âmbito das comemorações do seu 26.º Aniversário (7 de Março), a Delegação da ADFA em Castelo Branco está a organizar um Concerto de Primavera com o Coro de Santo Amaro de Oeiras, dirigido pelo maestro César Batalha.

O Cine Teatro Avenida, em Castelo Branco, vai ser o palco deste Concerto, no dia 17 de Março, pelas 17h00.

Esta iniciativa é apoiada por: Programa Operacional da Cultura, Governo Civil de Castelo Branco, Câmara Municipal de Castelo Branco, Junta de Freguesia de Castelo Branco, Câmara Municipal de Oeiras e Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. •

R.V.

## Coimbra Angariação de fundos

A campanha de angariação de fundos para a Delegação de Coimbra contou com as seguintes ofertas: José S. D. Temido, 15.825 escudos; António A. V. Caspão, 15.000 escudos; José R. Fernandes, 3.200 escudos; Adelino J. Silva, 1.000 escudos. •

R.V.

## Assembleia Geral Ordinária

Realizou-se no passado dia 10 de Fevereiro a Assembleia Geral da Delegação de Coimbra.

Joaquim Alberto Padilha de Oliveira, presidente da MAGD abriu a sessão eram 10h30 e de imediato deu início aos trabalhos.

Depois de lida a acta anterior, esta foi aprovada com um voto contra e uma abstenção.

Depois de lido e discutido, foi aprovado com a mesma votação o Relatório de Actividades e Contas respeitante ao ano 2000, apresentado com o Parecer do Conselho Fiscal da Delegação.

A participação na Assembleia Geral foi de 19 Associados, mas apesar do número, foi bastante discutida, encerrando pelas 13h00. •

R.V.

## XXIII Concurso de Pesca Desportiva de Rio

No dia 11 de Março, Domingo, vai decorrer o XXIII Concurso de Pesca Desportiva de Rio, no Mondego (Choupalinho, Choupal e Formoselha).

O concurso está aberto a todos os pescadores desportivos e conta com a participação da equipa da Secção de Pesca da Delegação de Coimbra.

Os prémios para os seniores - prémios do sector - são: 1º - bicicleta de montanha; 2º - dois pesos em ouro; 3º, 4º e 5º - anzol em ouro; 6º, 7º, 8º, 9º e 10º - anzol em prata. Para as equipas haverá dez taças (senhoras/juniores/juvenis).

As inscrições são efectuadas para o telefone 239 814 644 e para o fax: 239 813332, das 09h00 às 19h00 nos dias úteis e no Sábado, dia 10, até às 15h00. •

R.V.

## Évora Convocatória

Conselho de Delegação

1. Convoca-se o Conselho da Delegação de Évora, ao abrigo das determinações conjugadas dos artigos 23º e 38º dos Estatutos para o dia 3 de Março de 2001, na Sede da Delegação, às 11h30, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Escolha do representante da Delegação no Conselho Nacional.
- Diversos

O Presidente da MAGD  
Inácio Grazina

## Reunião de Associados

No próximo dia 3 de Março, Sábado, realiza-se na Delegação de Évora, a partir das 10h30, uma reunião de associados com o seguinte programa:

- 10h30 - Efeitos do DL 134/97 para associados que foram "praças".
- 12h30 - Almoço-convívio.
- 14h30 - Torneio de Sueca.

A Direcção da Delegação

## Obras de Recuperação

Está neste momento em preparação o processo para efectuar obras de recuperação e beneficiação da Sede da Delegação de Évora.

Para o efeito, a Delegação convida todos os associados e amigos que queiram colaborar com donativos, para que o façam directamente na Delegação ou por depósito na conta bancária do Banco Espírito Santo (BES), n.º 226/17858/000.3.

"Regularmente daremos informações no ELO sobre os donativos entregues para as obras", assegurou a Direcção de Delegação.

Até ao momento já foram recebidos os seguintes valores: donativos do almoço de associados no dia 10 de Fevereiro, 25.000 escudos; anónimo, 5.000 escudos. •

R.V.

## Famalicão Reuniões da Direcção

A Direcção da Delegação de Famalicão informou que as reuniões que realiza mensalmente vão ser alteradas para as primeiras Terças-feiras de cada mês, pelas 21h00.

As reuniões destinam-se apenas aos elementos da Direcção da Delegação, mas os interessados podem assistir, mediante pedido prévio.

O plano anual das reuniões é o seguinte: dias 6 Março, 3 de Abril, 8 de Maio, 5 de Junho, 3 de Julho, 4 de Setembro, 2 de Outubro, 6 de Novembro e 4 de Dezembro. •

R.V.

## Convocatória

A Direcção de Delegação de Famalicão convoca eleições para o Núcleo de Guimarães a realizar no dia 10 de Março de 2001, Sábado, nas instalações do Núcleo, das 09h00 às 12h00.

A apresentação de listas e programas de acção devem ser efectuada até ao dia 22 de Fevereiro de 2001, na Sede da Delegação de Famalicão. •

A Direcção de Delegação

## Hospital da Trofa

A Direcção da Delegação de Famalicão informa que, "como incentivo ao pagamento de quotas por transferência bancária, só beneficiarão do protocolo realizado entre a Delegação de Famalicão e o Hospital da Trofa, os associados que paguem as quotas por transferência bancária, semestralmente ou anualmente." "Este acordo particular entre a Delegação e o Hospital da Trofa foi criado propositadamente para o efeito", referiu Anquises Carvalho, presidente da Direcção da Delegação. •

R.V.

## Núcleo de Leiria Consultas de Psiquiatria

Já estão a funcionar as consultas de Psiquiatria - Stress Pós-traumático com o Dr. Fernando Pereira, de acordo com informação do Núcleo da ADFA em Leiria.

A marcação de consultas efectua-se através do telefone 244 823 725 (Cruz Vermelha de Leiria). •

R.V.

## Delegação de Castelo Branco Convocatória

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, tendo em conta que não se realizaram eleições no passado dia 28 de Outubro para os Órgãos Sociais da delegação de Castelo Branco por falta de listas candidatas com os requisitos estatutários e a deliberação da reunião do Conselho Nacional de 20 de Janeiro último que suspendeu o exercício dos Órgãos Sociais anteriores, vem, ao abrigo dos artigos 25º, a), 23º e 19º, n.º 5 dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocar extraordinariamente a Assembleia Geral Eleitoral de Delegação no dia 28 de Abril próximo, a funcionar na Sede da Delegação, sita na Rua Dr. Ruiivo Godinho, n.º 2, Castelo Branco, das 10h00 às 18h00, a fim de eleger os Órgãos Sociais da Delegação, para o triénio de 2001 a 2003.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2001

A Mesa da Assembleia Geral Nacional  
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício  
(Presidente)

# Ajam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e  
ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal  
telefone: 23 459 8161 \* fax: 23 459 8162 \* e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Tem uma festa?  
Uma recepção?  
Um jantar ou uma reunião  
de amigos?  
Não se preocupe  
Nós fazemos por si

**Pastelaria e Salgadinhos  
diversos**

Tel.: 263 505 465

## Camaradas procuram-se

José Fernandes Costa, associado n.º 12866, esteve em Moçambique, a partir de Novembro de 1967, no BC 1937, na zona de Mueda, Nangololo, Nancatári, Muidumbe e Miteda.

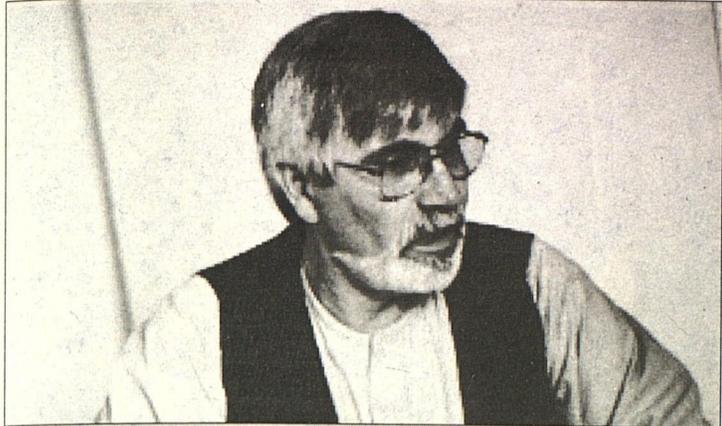
Gostaria de encontrar camaradas associados da ADFA, que tenham estado nessa zona, entre o eclidir da guerra e o ano de 1974.

Resposta para o ELO n.º 306

Lançamento de CD

# "Encontrar as raízes culturais do povo alentejano"

FARINHO LOPES



O associado Frederico Alho



Grupo Coral Etnográfico "Amigos do Alentejo"

Frederico Alho é associado da ADFA e todos os que com ele convivem sabem que os seus dotes vocais estão sempre apurados para os cantares alentejanos.

Assim foi também no dia dez de Fevereiro, quando no Clube Recreativo do Feijó o Grupo Coral Etnográfico "Amigos do Alentejo" realizou o lançamento do seu CD "Meu Alentejo Querido".

Frederico Alho falou ao ELO, lembrando os 12 anos do grupo coral e as razões que o fazem participar cantando em diversas actividades que o Clube organiza. "Encontrar as raízes culturais do povo alentejano e juntar um grupo de amigos" são alguns dos valores que o associado encontra nesta actividade.

Editar um CD com cantares alentejanos "é

a realização de um sonho que junta cerca de 25 pessoas e que se deve à nossa 'carolice' e ao apoio incondicional da Câmara Municipal de Almada", lembrou o associado.

Vestido a rigor, com os trajes característicos do Alentejo dos finais do século XIX, Frederico Alho orgulha-se de ser esta "uma forma de mostrar o que de bom há na nossa terra", aludindo à apresentação de imagens sobre o Alentejo antes da cerimónia do lançamento do CD.

A festa juntaram-se as mais variadas entidades, de entre as quais se destacam a CMA, as Juntas de Freguesia de Almada, Cova da Piedade, Laranjeiro e Feijó, a Associação Alma Alentejana e a Caixissol Alumínios, lembrando-se que "sem o seu

apoio, não seria possível fazer nascer este trabalho discográfico."

São "cânticos de sede e liberdade", referiu Luís Maçarico, representante da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e da Casa do Alentejo, quando se dirigiu à assistência saudando a iniciativa.

O CD foi editado pela Lusosom e já se encontra à venda, sendo composto por 18 faixas.

O Grupo Coral Etnográfico "Amigos do Alentejo" tem-se deslocado a várias regiões do nosso país e conta fazer uma "digressão" a França durante o mês de Agosto e já abrilhantou o aniversário do ELO em 1997. •

R.V.

Lisboa, 1989

## "Traficantes de Miragens"

Francisco Forte Faria é o autor e editor do livro "Traficantes de Miragens", que veio a público no ano de 1989, ligado à temática da Guerra Colonial.

O livro foi dedicado aos oficiais, sargentos e praças do Batalhão de Caçadores n.º 1937, que serviu em Moçambique, e da qual o autor fez parte.

A obra "é uma história de guerra, do quotidiano de militares tolhidos pela solidão do espaço e do tempo, rodeados pela iminência do perigo", refere-se na contracapa, onde também se salienta que "reflete, na encruzilhada de sonhos desfeitos, a miragem de uns, que teimavam em criar a Nação multirracial quando os impérios à volta já se haviam desmoronado; a miragem de outros, que aspiravam à liberdade sem avaliarem o preço por que teriam de pagá-la; a miragem de alguns, que esperavam uma independência à medida dos seus interesses."

Diz o próprio autor que "não se trata de reconstituição histórica; isso não impede, contudo, que a ficção se apoie no substrato da realidade histórica." •

R.V.

## I Concurso de Pesca Nacional em Sesimbra

### De volta ao isco e ao anzol

A ADFA vai participar, no próximo dia quatro de Março, Domingo, no I Concurso de Pesca Nacional organizado pela Pescamar-Zuca, em Sesimbra, junto à Doca Velha.

A equipa de pescadores da Sede Nacional vai ser composta pelos associados e familiares: Alberto Moreira, Fernando Carvalho, Fernando Sousa, Jorge Neto, José Joaquim, Zeferino Ribeiro, Maria Fernanda e Paulo Neto.

Em disputa estão três anzóis de ouro e três de prata, 50 prémios individuais e para os clubes e equipas participantes. Haverá prémios para o maior exemplar, para a maior quantidade, para o clube mais distante e para o clube que apresentar mais inscrições.

O encontro desportivo vai culminar num almoço - "um grandioso churrasco" - e com a entrega de prémios.

Os representantes da equipa de pescadores da Sede Nacional da ADFA garantem que a sua participação vai ser "aguerrida, em plena camaradagem."

As espécies aceites para o concurso são corvinas, pargos, douradas, robalos, sargos, russadas, choupas, mugilídeos (tainhas e outros), salemas, carapaus e bogas, não sendo válidos os espécimes que pesem menos de 50 gramas. •

R.V.

## Voluntariado

### Visitas ao Lar Militar

Iniciaram-se na segunda semana de Fevereiro as visitas dos voluntários do Departamento de Reabilitação e Apoio Social (DRAS) da Sede Nacional da ADFA ao Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, prosseguindo o objectivo de "criar um elo de ligação entre a ADFA e os seus associados", informou o coordenador do DRAS, associado Silvério Rodrigues.

Armando Alfaia, José Garvão, Luís Pedrosa e Vasco Rocheta são os associados que se voluntarizaram para realizar as visitas periódicas àquela instituição, tendo em atenção que, como as visitas organizadas aos hospitais militares e ao domicílio dos associados com dificuldades de mobilidade, "é necessário promover a vida associativa, em visitas com uma função socio-humanitária, em que a vertente humana é o mais importante."

"Esta actividade contribui para a actuação dos serviços prestados a nível social, através da descentralização da acção deste departamento, que permite cada vez mais interactividade", salientou Silvério Rodrigues.

Os associados são visitados no seguimento do inquérito realizado o ano passado, sendo detectadas situações que, desde essa altura, vêm sendo acompanhadas.

A técnica de Serviço Social da Sede, Ana Sérgio, faz "um balanço positivo sobre o desempenho e motivação dos voluntários", lembrando a sua actuação a título gracioso e "sempre com grande disponibilidade".

"Neste âmbito, estamos abertos a todas as sugestões ou críticas e também precisamos que nos informem quando os associados são internados, para que possam ser visitados", lembrou Silvério Rodrigues.

"Todo este trabalho se rege pelos princípios da solidariedade, participação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência", salienta o coordenador, que destacou que durante o ano passado, "surgiram associados voluntários, que viram os apelos feitos através do ELO".

Hélio Santos e João Cortegarça efectuaram 186 visitas aos associados internados nos Hospitais Militares Principal e de Belém, durante o ano 2000.

As visitas domiciliárias abrangeram seis associados com mobilidade reduzida, sendo também visitados associados internados noutras instituições como o Instituto de Acção Social das Forças Armadas, em Oeiras, e a Casa de Saúde do Telhal. •

RV

www.editorialnoticias.pt

Aniceto Afonso Carlos de Matos Gomes

**A GUERRA COLONIAL**

Um álbum com mais de 600 páginas e com quase mil fotos inéditas, mapas e infografias das grandes operações

# A GUERRA COLONIAL

## de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes

O PRAZER DE LER ■ A PAIXÃO DE EDITAR ■

**ENCOMENDE JÁ COM DESCONTO**

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Data de nascimento \_\_\_\_\_

Levantar na ADFA (sem portes)

Envio \_\_\_\_\_

Junto envio cheque no valor de 8820500 mais portes\* de envio à ordem de ADFA

\*Portugal 345500/UE 2580500 (resto do mundo 5175500)

# Um homem que resiste

*Manuel António Damião é um associado que aposta na força de vontade para recuperar de um acidente vascular cerebral que o deixou impossibilitado de continuar na sua profissão. Ultrapassa as limitações físicas com actividades e sessões regulares de tratamento de Fisioterapia na ADFA. Um homem que resiste e que não quer desistir, depois de um diagnóstico inicial que o "condenava" a uma cadeira de rodas.*

Rafael Vicente

"Parar é morrer" parece ser a máxima de Manuel António Damião, de 54 anos, asso-ciado desde 1975, que não desiste da sua autonomia face ao acidente vascular cerebral que o imobilizou há alguns anos.

"As marcas da guerra já eram problema que bastasse, mas depois desta má surpresa da vida, tenho levado algum tempo a recuperar", lembra o associado. A palavra "recuperação" está bem presente na conversa, uma vez que acredita que só com uma ou várias actividades é que conseguirá vencer os obstáculos da vida condicionada pela doença.

"Fui primeiro cabo atirador na Guiné, em 1968, onde apanhei com os estilhaços de uma granada", recorda e, com alguma graça, refere que "ainda há pouco tempo os detectores de metal do aeroporto teimavam em apitar quando passava; os bocadinhos que trago "semeados" nas pernas faziam-me também perder aquele tempo..."

De aparência tranquila, o nosso associado mostra com os olhos a sua ânsia de ir sempre mais além. É casado e pai; já o era antes de partir para a guerra. Não descara

a vida familiar, mas gosta de passear e ver as coisas que a vida oferece.

"Primeiro disseram-me que ficaria numa cadeira de rodas. Não me conformei", lembra.

Agora é cauteleiro e deseja aos outros a sorte e a saúde que por vezes lhe faltaram. "Por ser cauteleiro farto-me de andar e essa é uma forma de fisioterapia de que necessito", salienta.

No caso de Manuel António Damião, parar significa mesmo estagnar ou retroceder no processo de recuperação - "é preciso não esquecer o exercício, sempre o exercício", alerta.

"Agora já levanto o braço quase sem dificuldade, mas lembro-me de que já andei bastante pior...", recorda, avançando ainda que "o facto de ser cauteleiro ajuda a fazer exercícios de memória: já recuperei a capacidade de me lembrar a quem vendia uma cautela." São as pequenas-grandes vitórias do seu dia-a-dia.

Manuel Damião trabalhou uma vida inteira como isolador térmico e acústico, actividade que interrompeu por força das



Manuel Damião em declarações ao ELO

circunstâncias. Esteve na Holanda e em Angola em serviço, a trabalhar em grandes armazéns frigoríficos, e "se pudesse, voltava a África".

Uma das recordações que mais marcas deixaram prende-se com o facto de este associado pretender evoluir na carreira desportiva como ciclista federado. "Antes da tropa participei em diversas provas, mas com a guerra esse sonho terminou", diz. "Nos meus tempos de recruta, vinha de Santa Margarida para Lisboa de bicicleta, nas licenças de fim-de-semana", orgulha-se.

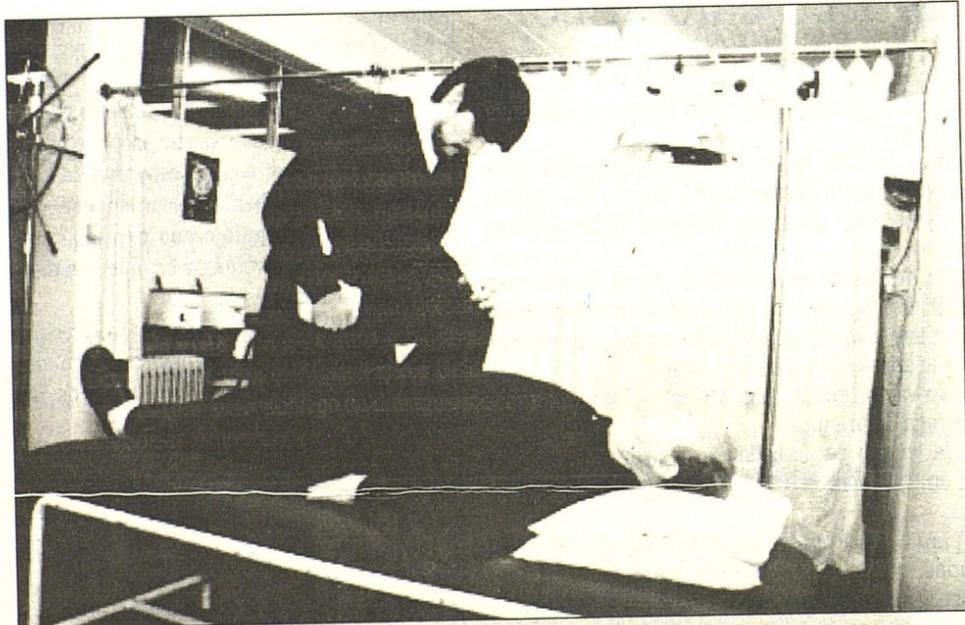
Manuel Damião não desarma na vontade de sentir e de viver, alegrando-se com as oportunidades que a Fisioterapia lhe traz em cada sessão. "Não vou deixar que a amargura tome conta de mim", afirma, "tenho que pensar no que ainda me falta viver."

Apesar da alegria constante na conversa, o associado não esconde alguma mágoa por não ter prosseguido com alguns ideais e sonhos. "Mas há mais coisas para viver e pessoas para conhecer", responde a si mesmo.

Quando pode, vem à ADFA para encontrar amigos e já colocou mesmo um anúncio no ELO, à procura de um trabalho menos pesado que lhe permita ocupar funcionalmente o seu tempo.

"Tenho amigos de Vinhais até Olhão e não vou parar para não piorar", declara. "Até já me candidatei para, em Odivelas, participar como sinaleiro no projecto "Escola Segura", para ajudar as crianças a atravessar a estrada", sublinha entusiasmado.

Nada parece pequeno ou insignificante para quem "conquista o mundo" cada vez que se levanta da cama. •



Uma das sessões de fisioterapia na Sede Nacional da ADFA



## Serviços Clínicos

# Fisioterapia na Sede Nacional

Para frequentar a Fisioterapia é necessário uma prescrição do médico fisiatra da ADFA.

Os tratamentos efectuem-se todos os dias, das 9h00 às 13h00.

Os casos mais frequentes são de postura, adaptação às próteses e de agravamento de deficiências com o avançar da idade.

As instalações estão equipadas com aparelhos de electroterapia (ultrassons,

calores húmidos, ultravioletas e infravermelhos) e de mecanoterapia (roda náutica, escada, bicicleta, espaldares), para criar mobilidade com simulações do ambiente natural em que a pessoa circula.

Na ADFA, durante o ano 2000 foram efectuados 2952 tratamentos de Fisioterapia, o que significa uma média diária de atendimento de 12 pessoas. •

R.V.

## Grande convívio associativo

Sessão de Fados na Sede Nacional

**31 de Março de 2001**

Preço p/pessoa - 1 500\$00

20h00 - Jantar (Bacalhau assado)

21h30 - Início dos fados

Número limitado de mesas - reservas pelo telefone 21 751 26 00

# Comissão Instaladora toma posse



Momento da tomada de posse da comissão instaladora

A reunião de associados realizada na Sede Nacional, no dia 16 de Fevereiro, iniciou-se com a cerimónia de tomada de posse da Comissão Instaladora (CI) da Delegação de Lisboa, na presença dos Órgãos Sociais Nacionais.

"A Delegação é um filho que nasce fora do tempo", referiu, "sem pessimismos", o presidente da MAGN, Jorge Maurício, que presidiu à cerimónia.

Quase 60 associados assistiram à leitura da Acta de Posse da Comissão Instaladora e puderam ouvir o associado que lidera os elementos que a compõem, Manuel Lopes Dias, que apresentou à assistência uma das primeiras propostas que a CI fez à DN, em que se aponta para a realização de eleições para a Delegação de Lisboa no dia 23 de Junho próximo.

O associado referiu ainda as diferentes áreas de actuação sobre as quais os elementos se têm debruçado, desde que o CN aprovou os nomes para a CI na sua última reunião, destacando que "uma das funções que consideramos importante é o contacto com os associados residentes na área de Lisboa, pelo que apresentamos um calendário de reuniões em diversos pontos desta área." (ver caixa)

Lopes Dias salientou que o objectivo

dessas reuniões é a "troca de impressões e um incentivo à participação associativa e mesmo para o pagamento das quotas." Aludindo ao baixo nível de pagamento de quotas (cerca de 58%), afirmou que "definimos uma meta por forma a atingir o pagamento de quotas na ordem dos 70%, no espaço de um ano".

Estabilizar os núcleos em formação em Almada, Barreiro e Coruche, além de dinamizar os de Alcobaça, Aveiras e Peniche, já existentes há bastante tempo, e evidenciar a sua intervenção associativa local e nacional são outros dos objectivos da CI, destacando-se que o futuro Conselho de Delegação também vai contar com a participação dos núcleos. Os associados de Cascais e Sintra vão continuar a dirigir-se à Sede Nacional.

Para manter a proximidade com os associados de Lisboa, vão realizar-se reuniões mensais e encontros de dinamização associativa (últimos sábados de cada mês), para reunir associados e familiares em convívio. (ver caixa)

Os elementos da CI estruturaram-se em diversas áreas de análise, sendo formado um secretariado executivo permanente pelos associados Manuel Lopes Dias, Luís Machado e Bento Raimundo. O acompanhamento ao Departamento de Apoio aos Sócios e ao Ser-

viço de Atendimento aos Sócios vai ser feito por Lopes Dias e Bento Raimundo, Armando Alves e Garcia Miranda acompanham os Serviços Clínicos e Luís Machado e Francisco Janeiro o Bar/Restaurante.

Os elementos da CI contactados pelo ELO, Lopes Dias e Luís Machado, expressaram claramente que o que foi apresentado foram apenas propostas à DN, "uma vez que é a DN que coordena os trabalhos antes das eleições para os órgãos da Delegação de Lisboa."

Outra proposta prende-se com o espaço que a futura Delegação vai ocupar nos pisos 0 e -1 da Sede Nacional, uma vez que, "em termos de concepção, a Delegação de Lisboa é "inquilina" da Sede Nacional, o que implica que a manutenção e segurança do edifício continua a cargo dos OSN, como custos nacionais." "A Delegação responsabilizar-se-á pelas despesas de funcionamento da área que lhe está reservada", salientou Lopes Dias.

"Tudo isto será objecto de um protocolo de cedência de instalações", lembrou ainda o dirigente.

Lopes Dias referiu ainda que a Secretaria, os Serviços Clínicos, o Bar/Restaurante e o Apoio Social são serviços que vão passar para a Delegação, "não se dispensando também a vertente do Apoio Jurídico".

"Os associados começam a sentir a ADFa mais perto de si, desde que se fala na criação da Delegação de Lisboa", realçou Lopes Dias, que destaca o "movimento mais acentuado na Sede Nacional nos últimos tempos".

Também foi referido que as delegações enviaram mensagens de congratulação com o decorrer dos trabalhos.

No final da cerimónia, Patuleia Mendes, presidente da DN, lembrou que a criação da Delegação de Lisboa foi determinada em 1989, no III Congresso da ADFa, e que "o primeiro encargo dos OSN eleitos em Novembro foi fazer nascer a Delegação".

O apelo final do presidente instou os associados e os dirigentes a darem o seu esforço "para que a Delegação de Lisboa seja um espaço de diálogo e de companheirismo".

R.V.



abrangência aos praças na aplicação do DL 134/97, o que também levou a que se falasse na questão do estabelecimento de prioridades no que toca às reivindicações legislativas.

Foi ainda levantada a questão da não aceitação de algumas inscrições de DFA no IASFA, tendo o associado Rolando lembrado que, caso este problema não tenha solução breve, vai individualmente proceder ao seu protesto junto daquela instituição. A DN informou que já estão a ser efectuados contactos para a resolução da questão.

A reunião foi encerrada devido ao avançado da hora e à discussão que teve lugar e que se prolongou muito depois do fim dos trabalhos.

A próxima reunião de associados na Sede está marcada para o próximo dia 16 de Março.

R.V.

## Reunião de associados

# Outros temas em destaque

Já durante a reunião de associados, os temas em debate suscitaram alguma polémica, nomeadamente no que respeitou à possibilidade de readmissão de associados (e consequente pagamento de quotas), figura omissa nos Estatutos da ADFa e que se encontra em estudo há bastante tempo.

Sobre o assunto, o associado Francisco Janeiro lembrou que "há associados que querem voltar à ADFa com novo número, passando a pagar quotas a partir da sua reentrada", o que foi contestado por alguns dos presentes, que defendem "o pagamento integral das quotas em atraso, mesmo que faseadamente."

O presidente da DN lembrou que se encontra em estudo um Regulamento sobre estas situações.

Patuleia Mendes falou sobre a proposta da ADFa para a realização de um levantamento sobre os deficientes militares, sendo feito um apelo à colaboração dos associados para responderem, "pois é o nosso futuro que

está em causa", referiu o presidente.

Sobre o DL 503/99 (Acidentes e Doenças Profissionais na Função Pública), falou-se sobre o trabalho desenvolvido pela ADFa desde 1999, data em que foi publicada a legislação, "que culminou, em meados de 2000, com a concordância da Defesa em fazer legislação específica para os militares", lembrou.

"Neste momento está em jogo uma proposta de suspensão dos efeitos do DL 503/99 sobre os militares", foi salientado.

Sobre a aplicação do DL 134/97 foi referido que os associados do grupo de acompanhamento têm-se reunido com DN, tendo-se-lhes juntado os associados Lopes Dias e Armando Alves.

Patuleia Mendes referiu que o director-geral do Pessoal do MDN, general Oliveira Simões, já recebeu os documentos apresentados pela ADFa.

Este ponto também levantou polémica, com uma discussão mais acesa sobre a

## Programa de Acção Associativa Reuniões

**Dia 03.03.01 - Sábado às 14,30 H - Santarém**

Concelhos: Santarém; Almeirim; Alpiarça Chamusca e Benfica do Ribatejo  
Cód. Postal: 2000; 2025; 2150; 2080; 2084 2090; 2094 e 2140

**Dia 09.03.01 - Sexta-feira às 20,30 H - Barreiro**

Concelhos: Barreiro; Montijo e Alcochete  
Cód. Postal: 2830; 2831; 2835 e 2836

**Dia 17.03.01 - Sábado às 14,30 H - Coruche**

Concelhos: Coruche, Salvaterra de Magos e Benavente  
Cód. Postal: 2080; 2084; 2100; 2104; 2120 2124; 2125; 2129; 2130; 2135 e 2139

**Dia 24.03.01 - Sábado às 14,30 H - Vila Franca de Xira**

Concelhos: Vila Franca; Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço  
Cód. Postal: 2600; 2601; 2615; 2616; 2625 2626; 2630; 2634; 2590 e 2594

**Dia 30.03.01 - Sexta-feira às 20,30 H - Alcobaça**

Concelhos: Benedita; Aljubarrota Martingança; Caldas da Rainha; Nazaré Batalha; Porto de Mós e Rio Maior.  
Cód. Postal: 2445; 2460; 2461; 2475; 2480 e 2485

**Dia 07.04.01 - Sábado às 14,30 H - Entroncamento**

Concelhos: Entroncamento; Alcanena Torres Novas; Vila Nova da Barquinha; Golegã e Constância  
Cód. Postal: 2230; 2234; 2380; 2395; 2396 2350; 2150; 2260; 2250 e 2254

**Dia 20.04.01 - Sexta-feira, às 20,30 H - Corroios**

Concelhos: Almada e Seixal  
Cód. Postal: 2800; 2801; 2804; 2810; 2811 2815; 2819; 2825; 2826; 2829; 2840; 2845; 2846 2855; 2856; 2857; 2858 e 2865

**Aveiras - data a determinar**

Concelhos: Aveiras; Azambuja; Alenquer e Cartaxo  
Cód. Postal: 2050; 2065; 2070; 2071; 2580 2584; 2500; 2450; 2440; 2495 e 2040

**Dia 27.04.01 - Sexta-feira, às 20,30 H**

Bairro da Encarnação  
Cód. Postal: 1800

**Dia 05.05.01 - Sábado, às 14,30 H - Peniche**

Concelhos: Peniche; Lourinhã; Bombarral e Óbidos  
Cód. Postal: 2520; 2525; 2530; 2534; 2540 2544 e 2510

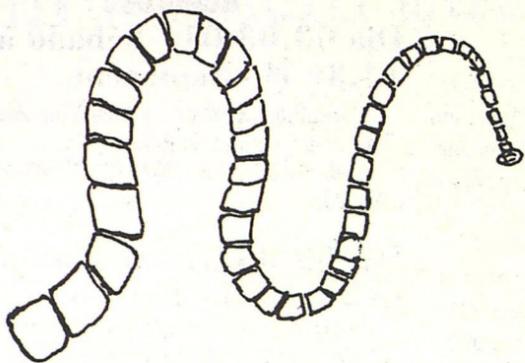
**Torres Vedras - data a determinar**

Concelhos: Torres Vedras; Cadaval e Mafra  
Cód. Postal: 2550; 2554; 2560; 2564; 2565 2640; 2644; 2655; 2659; 2665 e 2669

Lisboa, 01 de Fevereiro de 2001

A Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa  
Manuel Lopes Dias

## ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



**NOME CIENTÍFICO:** TAENIA SOLIUM

**NOME VULGAR:** BICHA SOLITÁRIA

É A ÚNICA BICHA QUE NÃO TEM UNIÕES DE FACTO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
8	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
9	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
10	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
11	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

### HORIZONTAIS

1 - Ilha de coral; querida. 2 - Espanto 3 - Duas vogais; nome de homem; cobre (s.q.). 4 - Criadeira; amarra; batráquios. 5 - Rio do Norte; receio. 6 - Área; papel. 7 - Trava; peça de mobília. 8 - Nome de mulher; colorido; cloreto de sódio. 9 - Popa; frango de engorda; catedral. 10 - Casa pobre. 11 - Calosidade; barco de recreio.

### VERTICAIS

1 - Verdadeira; preposição. 2 - Camaradagem. 3 - Basta!; fruto silvestre; aqui. 4 - Capa sem mangas; nome de mulher; tinta branca. 5 - Lodo; acontecimento. 6 - Roedor; cimo (naut.). 7 - Face; sacerdote judeu. 8 - Amarrar; som; reza. 9 - Letra grega; movas os remos; extraterrestre. 10 - Peça de vestuário (pl.). 11 - Peça de fiar; Fila de árvores.

### SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Atol; cara. 2 - Aparato. 3 - EA; Amaro; Cu. 4 - Ama; ata; ras. 5 - Lima; tema; 6 - Zona; comi. 7 - Para; mesa. 8 - Ada; cor; sal. 9 - Re; capão; sé. 10 - Casbre. 11 - Calo; late.

### VERTICAIS

1 - Real; para. 2 - Amizade. 3 - Ta; amora; cá. 4 - Opa; Ana; cal. 5 - Lama; caso. 6 - Rato; tope. 7 - Cara; rabi. 8 - Ato; tom; ora. 9 - Ró; remes; ET. 10 - Carnissas. 11 - Fusco; alea.

## VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Lupo</b>		
1.0 Conceptine	1.553.718,00	2.186.279,00
1.0 Conceptine AC	1.817.951,00	2.495.431,00
1.2 3 litros	2.141.409,00	3.027.531,00
1.4 Highline Automático	2.255.056,00	3.474.480,00
1.4 TDI Conceptine	2.068.270,00	3.316.631,00
<b>Polo</b>		
1.0 Conceptine 3p	1.688.659,00	2.352.935,00
1.4 Conceptine 3p	1.879.329,00	3.043.655,00
1.4 Highline AC 3p	2.176.969,00	3.391.893,00
1.4 Confortline 3p cx. Aut.	2.110.081,00	3.313.635,00
1.4 Confortline 5p cx. Aut.	2.175.074,00	3.389.676,00
1.4 TDI Confortline 3p	2.301.231,00	3.597.970,00
1.4 TDI Confortline 5p	2.366.221,00	3.674.009,00
1.4 TDI ABS+AC 5p	2.583.319,00	3.928.013,00
1.4 TDI Trendline 5p	2.561.697,00	3.902.715,00
1.4 TDI Trendline AC 5p	2.714.942,00	4.082.012,00
<b>Polo Variant</b>		
1.4 Confortline	2.116.375,00	3.320.999,00
1.4 Highline AC	2.447.867,00	3.743.944,00
1.9 SDI Confortline	2.340.173,00	4.542.507,00
1.9 TDI Confortline AC	2.521.868,00	4.755.090,00
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00
<b>Polo 3 Volumes</b>		
1.4 Confortline	2.044.334,00	3.236.711,00
1.4 Highline	2.405.826,00	3.659.656,00
1.9 SDI Confortline	2.421.631,00	4.637.812,00
1.9 TDI Confortline	2.449.954,00	4.670.950,00
1.9 TDI Trendline	2.831.549,00	5.117.417,00
<b>Golf</b>		
1.4 Confortline 3p	2.303.061,00	3.548.196,00
1.4 Confortline 5p	2.366.677,00	3.622.627,00
1.4 Confortline 3p JE AC	2.781.708,00	4.108.213,00
1.4 Confortline 5p JE AC	2.871.776,00	4.213.593,00
1.9 TDI 90 cv 5P	2.797.183,00	5.085.983,00
1.9 TDI 90 cv 5P AC	2.972.559,00	5.291.173,00
1.9 TDI "25 Anos" 5p 90 cv	3.045.312,00	5.376.294,00
1.9 TDI cx. Aut.	3.010.651,00	5.335.741,00
1.9 TDI "25 Anos" cx. Aut.	3.258.779,00	5.626.051,00
1.9 TDI 100 cv 5p	2.843.474,00	5.140.144,00
1.9 TDI AC 100 cv 5p	3.018.850,00	5.345.334,00
1.9 TDI 115 cv cx 6 vol.	3.769.160,00	6.223.196,00
1.9 TDI 115 cv Motion	4.028.918,00	6.527.113,00
1.9 TDI Motion Tiptronic	3.981.173,00	6.471.252,00
<b>Golf Variant</b>		
1.9 TDI 90 cv AC	3.075.324,00	5.411.408,00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.288.792,00	5.661.166,00
1.9 TDI 100 cv AC	3.121.617,00	5.465.571,00
1.9 TDI 115 cv 6 vol.	4.079.839,00	6.586.691,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.291.983,00	6.834.899,00
<b>Bora</b>		
1.9 TDI 100 cv	3.362.927,00	5.747.904,00
1.9 TDI 115 cv	3.916.678,00	6.395.792,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.124.301,00	6.638.711,00
<b>Passat</b>		
1.9 TDI 100 cv 5 vol.	3.467.159,00	5.875.705,00
1.9 TDI 130 cv 5 vol.	3.844.132,00	6.316.764,00
1.9 TDI 130 cv 6 vol.	4.320.311,00	6.873.893,00
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	4.609.474,00	7.212.214,00
1.9 TDI 130 cv 6 vol.	4.687.556,00	7.303.570,00
2.5 TDI 150 cv 6 vol.	5.111.765,00	8.937.836,00

PASSAT VARIANT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
1.9 TDI 115 cv	4.397.965,00	6.964.748,00
1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.744.212,00	7.369.857,00
2.5 TDI 150 cv 6 vol.	5.188.898,00	9.028.082,00
<b>Audi A2</b>		
1.4 TDI	2.990.331,00	4.430.542,00
<b>Audi A3</b>		
1.6 3P	3.666.741,00	5.550.049,00
1.9 TDI Att. 3P	3.940.888,00	6.441.668,00
1.9 TDI Att. 5P	4.465.165,00	7.055.072,00
<b>Audi A4</b>		
1.9 TDI 130 cv	4.674.038,00	7.267.864,00
2.5 TDI V6 Quattro	6.034.178,00	10.028.759,00
<b>Audi A4 Avant</b>		
1.9 TDI Att. 115 cv	4.850.746,00	7.506.202,00
2.5 TDI Att. 150 cv	5.638.625,00	9.565.962,00
<b>Audi A6</b>		
1.9 TDI 110 cv	5.856.445,00	8.624.950,00
1.9 TDI 110 cv TA	6.044.479,00	8.844.950,00
2.5 TDI 150 cv	7.216.986,00	11.323.837,00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	7.828.407,00	12.039.200,00
<b>Audi A6 e Avant</b>		
2.5 TDI 150 cv	7.216.974,00	11.412.631,00
2.5 TDI 180 cv Tiptronic	7.828.394,00	12.127.992,00
2.5 TDI 150 cv Avant	7.399.654,00	11.626.366,00
2.5 TDI 180 cv Avant Tiptr.	8.012.916,00	12.343.883,00
<b>FIAT</b>		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Seicento</b>		
Seicento S	987.877,00	1.575.000,00
Seicento Sport	1.295.569,00	1.935.000,00
Seicento Elettra	3.880.342,00	4.590.000,00
<b>Punto</b>		
1.2 3p	1.362.033,00	2.120.000,00
1.2 ELX 5p	1.571.435,00	2.365.001,00
1.2 ELX 16v 5p	1.682.546,00	2.495.000,00
1.2 ELX 16v Speedgear	1.862.033,00	2.705.000,00
1.2 Sport 3p	1.981.691,00	2.845.000,00
1.9 JTD ELX 5p	1.725.807,00	3.805.000,00
1.9 JTD HLP 3p	1.883.926,00	3.989.999,00
<b>Palio</b>		
Weekend 75	1.964.597,00	2.825.000,00
Weekend 70 TD	1.902.792,00	3.610.000,00
<b>Bravo</b>		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
100 16v Sport	2.239.074,00	3.810.000,00
1.9 JTD Sport	2.503.585,00	4.715.001,00
<b>Brava</b>		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
105 JTD Stile	2.503.585,00	4.715.001,00
<b>Multipia</b>		
100 16v ELX	2.892.920,00	4.574.999,00
1.9 JTD ELX	3.054.867,00	5.360.000,00
<b>Marea e Marea Weekend</b>		
100 16v SX	2.221.980,00	3.790.000,00
1.9 JTD ELX	2.700.166,00	4.945.000,00
1.9 JTD Weekend	2.640.337,00	4.875.000,00
1.9 JTD HLP Weekend	3.046.320,00	5.350.000,00

LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino Blue	1.494.318,00	2.167.536,00
Y 1.2 cx. Autom. LS	1.962.473,00	2.822.515,00
Y 1.2 16V LS	1.688.968,00	2.502.514,00
Libra 1.6	3.230.356,00	4.969.800,00
Libra 1.9 JTD LX	3.291.619,00	5.637.000,00
Libra 2.4 JTD LX	3.864.128,00	7.211.500,00
Libra SW 1.6	3.461.125,00	5.239.404,00
Libra SW 1.9 JTD LX	3.864.268,00	6.307.000,00
Libra SW 2.4 JTD LX	4.094.897,00	7.481.499,00
Lancia K 2.0	4.348.971,00	7.041.000,00
Lancia K 2.4 JTD LS	5.239.000,00	8.820.100,00
Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.718,00	9.111.100,00
<b>RENAULT</b>		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Twingo</b>		
Expression 1.2	1.427.807,00	2.134.230,00
Privilege 1.2	1.513.277,00	2.234.230,00
<b>Clio</b>		
RN 1.2 3p	1.566.269,00	2.296.230,00
SI 1.4 16v 3p	1.804.223,00	2.922.230,00
RN 1.2 5p	1.631.226,00	2.372.230,00
RXE 1.4 16v 5p	1.889.693,00	3.022.230,00
RN 1.9D 5p	1.562.040,00	3.549.230,00
RXE 1.9 DTI	1.774.006,00	3.797.230,00
<b>Megane RTE</b>		
Expression 1.4 16v 5p	2.478.985,00	3.717.230,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.881.988,00	4.583.230,00
Expression 1.9 DTI	2.636.802,00	4.812.230,00
Privilege 1.9 DTI	2.812.016,00	5.017.230,00
<b>Megane/ Break</b>		
Expression 1.4 16v	2.564.455,00	3.817.230,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.967.458,00	4.683.230,00
Expression 1.9 DTI	2.722.272,00	4.912.230,00
Privilege 1.9 DTI	2.889.486,00	5.117.230,00
<b>Megane Classic</b>		
RTE 1.4 16v	2.521.720,00	3.767.230,00
RXE 1.9 DTI AC	2.679.537,00	4.862.230,00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	2.854.751,00	5.067.230,00
<b>Megane Scenic</b>		
RTE 1.4 16v	2.486.677,00	3.726.230,00
RXE 1.9 DTI AC	3.029.110,00	5.271.230,00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	3.225.691,00	5.501.230,00
<b>Laguna</b>		
RXE 1.6	2.883.697,00	4.585.230,00
RXT 1.9 DTI	3.078.683,00	5.329.230,00
RXT 2.2 DTI	3.654.658,00	6.606.230,00
<b>Laguna Break</b>		
RXE 1.9 DTI	3.232.529,00	5.509.230,00
RXT 2.2 DTI	3.808.504,00	6.786.230,00
<b>Kangoo</b>		
1.2	1.794.291,00	2.572.230,00
RTE 1.9 DTI	2.084.934,00	4.170.230,00
<b>Kangoo Expresso</b>		
FGTE RL 1.2	1.572.783,00	2.051.230,00
FGTE RN 1.9	1.778.719,00	2.732.230,00
FGTE RL Grande Volume	2.006.925,00	2.999.230,00

OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Agila</b>		
1.0 XE 5p	1.281.529,00	1.859.985,00
1.2 Elegance 5p	1.558.966,00	2.365.450,00
<b>Corsa</b>		
1.0 3p	1.581.072,00	2.210.451,00
1.0 5p	1.640.901,00	2.280.451,00
1.7 DT 3p	1.805.150,00	3.522.450,00
1.7 DT 5p	1.864.979,00	3.592.450,00
1.2 Confort 5p	1.751.274,00	2.590.450,00
1.7 DT Confort 5 p	2.001.731,00	3.752.450,00
<b>Astra</b>		
Club 1.4 4p	2.411.393,00	3.668.450,00
Club 1.7 DTI 4p	2.587.201,00	4.437.450,00
Club 2.0 DTI 5p	2.519.646,00	4.944.450,00
Club 2.0 DTI 4p	2.553.834,00	4.984.450,00
Elegance 2.0 DTI 5p	2.835.885,00	5.314.450,00
Sport 2.0 DTI 3p	2.741.868,00	5.204.450,00
Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.596.569,00	5.034.450,00
Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.562.381,00	4.994.450,00
<b>Astra Caravan</b>		
Club 1.4	2.479.749,00	3.748.450,00
Club 1.7 DTI	2.655.577,00	4.517.450,00
Club 2.0 DTI	2.622.210,00	5.064.450,00
Elegance 2.0 DTI	2.938.449,00	5.434.450,00
Club 2.0 DI cx. Aut.	2.664.945,00	5.114.450,00
<b>Astra Coupé</b>		
1.8 XE	3.237.096,00	5.406.449,00
2.0 Turbo	3.952.389,00	6.626.449,00
<b>Vectra</b>		
1.6 4p Confort	3.125.576,00	4.900.450,00
2.0 4p Confort	3.166.654,00	5.701.450,00
2.0 5p Caravan	3.311.953,00	5.871.450,00
2.0 DTI 4p Elegance	3.423.064,00	6.001.449,00
2.0 DTI 5p Caravan	3.568.364,00	6.171.450,00
2.2 DTI 4		

ADFA e Comissão Nacional do Euro assinam protocolo

# O Euro mais perto dos associados



Momento da assinatura do protocolo

"A necessidade de intensificar as acções de informação e divulgação sobre a moeda de Portugal, o Euro", foi um dos objectivos que presidiram à assinatura do protocolo celebrado entre a ADFA e a Comissão Nacional do Euro (CNEuro), no dia um de Fevereiro, no Ministério das Finanças.

A pouco menos de um ano da introdução fiduciária (em moeda corrente) da moeda única, a ADFA, por ser uma instituição com implantação nacional, através das suas 11 delegações e dez núcleos, tornou-se parceiro da CNEuro, tendo em vista a realização de actividades conjuntas de informação do público sobre a união económica e monetária, no âmbito do Programa de Informação dos Cidadãos Europeus, nomeadamente aos associados.

A ADFA é entendida como "uma boa multiplicadora de informação" sobre a matéria e os seus associados vão ser os alvos dos materiais de divulgação editados sobre a nova moeda de Portugal (calendários, folhetos, brochuras, etc.).

No protocolo visa-se "o aproveitamento das respectivas estruturas organizativas para a prossecução das finalidades comuns, a execução e o co-financiamento de acções de divulgação e informação e o envolvimento recíproco dos respectivos recursos humanos", sendo as informações divulgadas no ELO, como já tem sido efectuado desde Janeiro passado.

O protocolo vigora, no máximo, até 30 de Junho de 2002, "data em que se espera que a adaptação à nova moeda seja uma realidade", referiu José Consiglieri Pedroso, presidente da CNEuro.

Em declarações ao ELO, o presidente da CNEuro realçou os benefícios que os associados da ADFA vão poder tirar desta iniciativa, considerando que "fazem parte de um grupo social específico, em que a informação é vital para uma adaptação plena face à mudança de moeda."

"A ADFA representa pessoas que muito deram ao nosso País, com enorme abnegação e sentido de serviço, o que nem sempre foi devidamente reconhecido", disse Consiglieri Pedroso, lembrando que a Associação é uma "instituição coesa, que se pauta por um grande espírito de solidariedade", factores que levaram a que rapidamente se celebrasse este protocolo.

"A Direcção da Associação tomou a iniciativa de contactar a CNEuro e foi com muito gosto que nos abrimos à assinatura do protocolo", esclareceu, destacando que os associados da ADFA "são cidadãos de corpo inteiro, com uma vontade inquebrantável de vencer, pelo que farão um esforço para se identificarem com a dinâmica do Euro."

O presidente da CNEuro referiu ainda as diversas parcerias já firmadas com outras instituições públicas e privadas, bem como as

actividades a desenvolver junto da população em geral, destacando a linha azul para informações (808 201 201), a campanha nos órgãos de comunicação social, a página na internet ([www.infoeuro.pt](http://www.infoeuro.pt)) e a produção de material impresso, entre muitas outras.

A informação vai especialmente ao encontro dos cidadãos que mais dificuldades de acesso têm aos conhecimentos sobre o Euro. "Fazemos um apelo de mobilização à sociedade portuguesa e sentimo-nos muito gratificados por a ADFA, por si própria, ter vindo até nós com o intuito de celebrar este protocolo, porque neste desafio o mais importante é o voluntarismo dos vários agentes da sociedade portuguesa", salientou Consiglieri Pedroso.

Com mais de dez meses para informar e formar os cidadãos, a CNEuro assume, "com toda a força, uma campanha apelativa a que, esperamos, os portugueses sejam sensíveis."

"Não deixem para amanhã o que podem fazer hoje", é o apelo que o presidente da CNEuro deixa aos portugueses e concretamente aos associados da ADFA, "para que as dificuldades e dúvidas que possam surgir sejam prontamente resolvidas, antecipando as diversas alterações que vão ser incontornáveis a partir de Janeiro de 2002." •

R.V.



O presidente da Comissão Nacional do Euro

## Euro - Uma moeda para Portugal



Capela Gordo

1. Vamos ver como se tratam os arredondamentos:

Como já sabemos, para converter um montante em escudos para euros, basta dividir esse montante pela taxa de conversão 200,482.

Mas esta divisão pode dar um número com várias decimais. Aplica-se então a regra do arredondamento, segundo a qual:

a) Se a terceira casa decimal for inferior a 5, o valor será arredondado por defeito, ou seja:  $710\$00:200,482=3,541\dots=3,54$  euros

b) Se a terceira casa decimal for igual ou superior a 5, o valor será arredondado por excesso, ou seja:  $850\$00:200,482=4,239\dots=4,24$

2. Cálculo aproximado em contos, sem máquina calculadora:

a) Se tivermos um valor em contos, multiplicamos por 5 para ter o valor correspondente aproximado em euros, isto é:  $255 \text{ contos} * 5 = 1275$  euros aproximadamente.

b) Se tivermos um valor em euros, dividimos por 5 esse valor para ter o correspondente aproximado em escudos, isto é:  $5025 \text{ euros} : 5 = 1005$  escudos aproximadamente.

3. Vejamos as taxas de conversão dos diferentes países da zona euro:

Portugal - 200,482; Alemanha - 1,95583; Áustria - 13,7603; Bélgica - 40,3399; Espanha - 166,386; Finlândia - 5,94573; França - 6,55957; Holanda - 2,20371; Irlanda - 0,787564; Itália - 1936,27; Luxemburgo - 40,3399.

4. Vejamos uma tabela de correspondência das nossas moedas e notas de escudos para euros:

$5\$00 = 2$  cêntimos;  $10\$00 = 5$  cent.;  $20\$00 = 10$  cent.;  $50\$00 = 25$  cent.;  $100\$00 = 50$  cent.

$200\$00 = 1$  euro;  $500\$00 = 2,49$  euros;  $1000\$00 = 4,99$  euros;  $2000\$00 = 9,98$  euros;  $5000\$00 = 24,94$  euros;  $10000\$00 = 49,88$  euros.

5. Vejamos a conversão de alguns preços da vida diária:

1 litro de leite

$115\$00:200,482=0,573\dots=0,57$  euros

1 litro de azeite

$710\$00:200,482=3,541\dots=3,54$  euros

1 kg de açúcar

$135\$00:200,482=0,673\dots=0,67$  euros

1 livro

$4.800\$00:200,482=23,492\dots=23,49$  euros

1 telemóvel

$45.000\$00:200,482=224,459\dots=224,46$  euros

1 computador

$280.000\$00:200,482=1396,634\dots=1396,63$

euros

6. Existe informação idêntica em áudio e em braille para invisuais na Comissão Nacional do Euro, Praça do Comércio, 1100-148 Lisboa, tel. 218824000 e na ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, Rua de S. José, 86 - 1º, 1150-324 Lisboa, tel. 213422001.

7. - As taxas de juro nos diversos países da zona euro tendem a aproximar-se.

- A inflação manter-se-á em níveis baixos, sendo o seu controlo feito pelo Banco Central Europeu.

- O euro não vai trazer harmonia de preços para os serviços e produtos nos vários países, mas a longo prazo tenderá a haver uma certa convergência nos preços dos bens de consumo muito transaccionados, com tendência para uma baixa de preços por os mercados serem muito mais transparentes.

- Os salários em Portugal não podem ser equiparados, a curto prazo, aos dos outros países, porque a nossa produtividade é muito baixa, indo por isso provocar muitas falências e elevado desemprego; isto porque as diferenças salariais estão relacionadas com os diferentes níveis de produtividade das economias.

- A estabilidade da moeda europeia torna as taxas de juro muito baixas, propícias a um alto nível de investimento, que por sua vez é um elevado incentivo à criação de emprego. •



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,  
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMUNIDADE EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

PROMOÇÃO DE INSEÇÃO SOCIAL  
E PROFISSIONAL DAS PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA.

2001

CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA DEFICIENTES MOTORES, ORGÂNICOS E AUDITIVOS LIGEIOS (M/F)

• ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO • ARTES GRÁFICAS (FOTOCOMPOSIÇÃO)

REQUISITOS:

9º ANO DE ESCOLARIDADE OU EQUIVALENTE • IDADE ENTRE OS 15 E OS 50 ANOS, NACIONALIDADE PORTUGUESA / DESEMPREGADOS

INSCRIÇÕES ATÉ 16 DE MARÇO DE 2001

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600-560 Lisboa / Telef.: 217512600 EXT 223 / Fax: 217512610

Comentário

# Malhas que o Império tece (ou de como Camões foi parar à Índia)

A "estória" que se segue foi recolhida na Torre do Tombo, antes do terramoto de 1755. Infelizmente o original perdeu-se, mas foi possível reconstituir fielmente o caso.

Luís Vaz de Camões havia seguido para o Norte de África, como tantos jovens do seu tempo, para ganhar experiência e nomeada nas campanhas contra os mouros que atacavam as nossas praças; era a verdadeira escola de soldados, sem a qual ninguém podia aspirar a ter um papel na sociedade daquele tempo. Ferido num cerco a Mazagão por uma fâsca, ou pedaço de metal, que saltou de uma peça de artilharia, perdeu um olho. Achando-se diminuído em consequência do ferimento, requereu uma pensão, ou tença, a El-Rei. O que se seguiu vai aqui narrado.

Reunida a Comissão das Hostes Reais de Avaliação dos Pedidos de Tenças, foi esta do parecer que o tal Camões não poderia ser DFA (Diminuído Frente aos Árabes) porque, segundo os ilustres doutores de leis que integravam a supradita Comissão:

a) nada constava no relato do cerco no dia da ocorrência;

b) das testemunhas apontadas, um era cristão-novo e outro um mouro convertido;

c) sendo o dito Camões de Infantaria, nada justificava a sua presença junto à peça de artilharia;

d) sendo difícil distinguir entre os "mouros das pazes" e os rebeldes, não tinha sido declarada a guerra, e portanto o ferimento não poderia ser considerado "em campanha";

e) mesmo quanto ao serviço, o adail havia declarado não terem soado as trombetas, pelo que se o tal Camões havia acorrido às muralhas, fora na hora de folga.

Por seu lado, a Junta dos Físicos das Hostes de El-Rei disse que, quanto à profissão das armas, dadas as novas tecnologias emergentes (como já então se dizia) havia vantagem em ter um olho já fechado, para apontar a besta ou a arcabuz, pelo que foi considerado apto para os serviços de El-Rei que dispensassem plena validade, com preferência para o Corpo de Besteiros ou de Arcabuzeiros.

Baixou então o processo à CGA (Chancelaria dos Ganhos e Ágios), cujos físicos andavam desavindos com os das Hostes de El-Rei, pelo que de todo desacordaram com

os seus colegas: declararam-no incapaz para o serviço nas Hostes, mas capaz de encetar nova carreira, como Provedor-Mor dos Defuntos e Ausentes; e mais disseram que sendo Camões poeta, tanto lhe fazia ter um olho como dois, pois tal não lhe impedia exercer a sua profissão, pelo que não viam motivo para atribuição de tença. Quanto à relação com o serviço, acrescentaram que, tendo o tal Camões seguido para África como voluntário, e acudido às muralhas fora da hora de serviço, e não ser de artilharia, e apresentar testemunhas não idóneas, não teria também direito a ser tratado no Hospital de Todos os Santos às custas de El-Rei, devendo pelo contrário suportar todas as despesas, inclusive devendo comprar a expensas suas as palas para o olho.

Vendo negada a tença a que se achava com direito, partiu Camões amargurado para a Índia, seguindo a nova carreira que lhe apontavam. Ainda assim, achou ânimo para escrever um soneto, que se transcreve, e que é inédito:

*Em dia aziago saltou a fâsca  
Ferindo, cruel, o meu pobre olho;  
É este o preço de quem se arrisca  
E assim me vi, lazerado, zarolho.*

*Achei por bem reclamar a tença  
Pensei mitigar o meu sacrifício  
Mal eu sabia quanta desavença  
Seria nascida por um tal ofício.*

*Riram-se de mim tantos doutores  
E de mim disseram tantos horrores  
(Novas pragas dos tempos modernos),*

*Igual desacato fizeram os físicos.  
Só lhes desejo que morram tísicos  
E que sigam de beca para os Infernos.*

Não fique o leitor triste: deste exílio trouxe Camões "Os Lusíadas" que o eternizaram.

De modo que, se está à espera da resolução de um processo, talvez o melhor seja, realmente, emigrar e escrever versos...

Nuno Santa Clara

## Reunião de Associados Sede Nacional 16 de Março, Sexta-feira - 18h00

1 - Instalação da Delegação de Lisboa

2 - Eventos associativos:

a) Encontro nacional das mulheres associadas e de associados;

b) 27.º Aniversário da ADFA - organização em Viseu

3 - Estratégia reivindicativa

**Diploma  
do Mês**

## Quotas de Emprego

Decreto-Lei 29/2001, de 3 de Fevereiro

«Artigo 1º  
Objecto

1 - O presente diploma estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, nos serviços e organismos da administração central e local, bem como nos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados do Estado ou de fundos públicos.

2 - A aplicação do presente diploma aos serviços e organismos da Administração Regional Autónoma faz-se por decreto legislativo regional.

Artigo 2º  
Âmbito pessoal de aplicação

1 - Para efeitos do presente diploma, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que, encontrando-se em qualquer uma das circunstâncias e situações descritas no nº 1 do artigo 2º da Lei nº 9/89, de 2 de Maio, possam exercer, sem limitações funcionais, a actividade a que se candidatam ou, apresentando limitações funcionais, estas sejam superáveis através da adequação ou adaptação do posto de trabalho e ou de ajuda técnica.

2 - A deficiência prevista no nº 1 abrange as áreas de paralisia cerebral, orgânica, motora, visual, auditiva e mental.

Artigo 3º  
Quota de emprego

1 - Em todos os concursos externos de ingresso na função pública em que o número de lugares postos a concurso seja igual ou superior a 10, é obrigatoriamente fixada uma quota de 5% do total do número de lugares, com arredondamento para a unidade, a preencher por pessoas com deficiência.

2 - Nos concursos em que o número de lugares a preencher seja inferior a 10 e igual ou superior a três, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência.

3 - Nos concursos em que o número de lugares a preencher seja de um ou de dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

4 - O disposto no presente artigo não se aplica aos concursos de ingresso nas carreiras com funções de natureza policial das forças e serviços de segurança e do Corpo da Guarda Prisional.

Artigo 4º  
Aviso de abertura de concursos

1 - O aviso de abertura dos concursos externos de ingresso na função pública deve mencionar o número de lugares a preencher por pessoas com deficiência.

2 - De acordo com a descrição do conteúdo funcional constante do aviso de abertura, o júri do concurso verifica a capacidade de o candidato exercer a função nos termos do nº 1 do artigo 2º.

3 - Em caso de dúvida, por parte do júri do concurso ou em situação em que o candidato alegue discordância face à verificação a que se refere o número anterior, há possibilidade de recurso técnico específico para entidade a que se refere o artigo 5º.

Artigo 5º  
Entidade de recurso técnico específico

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo anterior a entidade competente para recurso técnico específico é definida no prazo de 90 dias, a partir da data da publicação de presente diploma, por despacho conjunto dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade, da Saúde, da Reforma do Estado e da Administração Pública e do membro do Governo que tutela a administração local.

Artigo 6º  
Admissão a concurso

1 - Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo.

2 - Os candidatos devem, ainda, mencionar no requerimento de admissão todos os elementos necessários ao cumprimento do disposto no artigo seguinte.

Artigo 7º  
Processo de selecção

1 - O processo de selecção dos candidatos com deficiência deve ser adequado, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência é a entidade competente para prestar o apoio técnico que se revele necessário.

Artigo 8º  
Provimento

1 - O provimento faz-se em duas fases, sendo primeiro preenchidos os lugares não reservados, pela ordem da lista de classificação final, seguindo-se-lhe o preenchimento dos lugares reservados, de entre candidatos com deficiência que não tenham obtido provimento na primeira fase, de acordo com a respectiva graduação.

2 - No caso de não haver candidatos com deficiência admitidos ou aprovados em número suficiente, os lugares reservados a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 3º podem ser preenchidos nos termos da primeira parte do número anterior.

Artigo 9º  
Aplicação a outras formas de recrutamento

O disposto nos artigos anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, aos processos de selecção de pessoal que se destinem à celebração de contratos administrativos de provimento e contratos de trabalho a termo certo.

Artigo 10º  
Avaliação e acompanhamento

1 - Os serviços e organismos referidos no nº 1 do artigo 1º comunicam anualmente à Direcção-Geral da Administração Pública a abertura dos concursos previstos no artigo 3º, informando o número de lugares preenchidos por candidatos com deficiência.

2 - A Direcção-Geral da Administração Pública informa, até 15 de Abril de cada ano, o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência sobre a evolução da aplicação do presente diploma.

3 - O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência acompanha, conjuntamente com o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a aplicação do presente diploma e promove a integração e adaptação das pessoas com deficiência nos serviços e organismos referidos no nº 1.

Artigo 11º  
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 90 dias após a sua publicação.»

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## Veículos

### Aviso 869/2001, de 18 de Janeiro

Procede à publicação das Tabelas I (automóveis), II (motociclos), III (aeronaues) e IV (barcos de recreio), do Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos.

## Certidões

### Via Electrónica

### Decreto-Lei 12/2001, de 25 de Janeiro

O presente diploma permite a requisição "on line" de certificados de admissibilidade de firma ou denominação e de certidões de actos do registo civil, predial e comercial.

Sobre tais actos é cobrada a seguinte taxa: 400\$00 por cada pedido de certificado de admissibilidade de firma ou denominação e 1000\$00 sobre pedido de certidão de acto de registo civil, predial ou comercial.

## Poupança-Habitação

### Decreto-Lei 27/2001, de 3 de Fevereiro

Permite às instituições de crédito a abertura de contas de depósito a prazo, denominadas «contas poupança-habitação», constituídas por pessoas singulares, em contas individuais, colectivas, solidárias ou conjuntas, e por menores, através dos seus representantes legais.

O prazo contratual mínimo das contas poupança-habitação é de um ano, renovável por períodos iguais de tempo.

Os juros são liquidados no fim de cada prazo anual ou no momento da mobilização do depósito, calculados à taxa proporcional.

Os titulares destas contas podem mobilizar o seu saldo, quando respeitado o prazo contratual mínimo de um ano de imobilização, para «aquisição, construção, recuperação, beneficiação ou ampliação de prédio ou fracção de prédio para habitação própria e permanente ou para arrendamento; realização de entregas a cooperativas de habitação e construção para aquisição quer de terrenos destinados a construção, quer de fogos destinados a habitação própria permanente; amortizações de empréstimos contraídos e destinados aos fins referidos nas alíneas anteriores.»

A instituição de crédito depositária da conta poupança-habitação pode conceder empréstimos a um ou dois titulares da conta, de acordo com o regime de crédito jovem bonificado e do crédito bonificado e do regime geral de crédito, conforme os casos.

No caso dos titulares de contas poupança-habitação constituídas há mais de três anos e que pretendam mobilizar o saldo da conta, para aquisição, construção ou beneficiação de habitação própria permanente, é garantido o direito à concessão de um empréstimo.

As contas poupança-habitação, desde que o saldo seja mobilizado para os fins acima mencionados, beneficiam de determinadas regalias, como sejam os benefícios previstos no artigo 38º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e os encargos dos actos notariais e do registo predial respeitantes

à aquisição de habitação própria permanente são reduzidos em um meio, beneficiando, a prática de tais actos, de um regime de prioridade ou urgência gratuita.

### Decreto-Lei 28/2001, de 3 de Fevereiro

Altera o artigo 38º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei 215/89, de 1 de Julho, permitindo, para efeitos de IRS, a dedução à colecta de «... 25% das entregas feitas em cada ano para depósito em contas poupança-habitação, com o limite de 110 100\$ ...» desde que o saldo seja mobilizado para os fins e no prazo referido do anterior diploma.

## Rede Nacional de Apoio

### Despacho conjunto 109/2001, de 5 de Fevereiro

Constitui a comissão nacional de acompanhamento para coordenação da rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar.

A comissão é constituída pelos seguintes membros: dois representantes do Ministério da Defesa Nacional, dois representantes do Ministério da Saúde, um representante do Serviço de Justiça e Disciplina de cada Ramo e um médico psiquiatra representante da Direcção do Serviço de Saúde de cada Ramo.

## Subsídio de Renda de Casa

### Portaria 71/2001, de 7 de Fevereiro

Procede à fixação e publicação das tabelas de subsídio de renda de casa a vigorarem no ano civil de 2001 (Anexo I) e das rendas limite a vigorarem no mesmo período (Anexo II).

(Devido ao número (11) e à extensão das tabelas não nos é possível publicar as mesmas no Jornal ELO).

## Aumentos da Função Pública

### Portaria 80/2001, de 8 de Fevereiro

Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional.

O índice 100 da escala salarial das carreiras de regime geral e de regime especial e os índices 100 das escalas salariais dos cargos dirigentes e dos corpos especiais são actualizados em 3,71% bem como as gratificações e as pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações: pensões de aposentação, reforma, invalidez, sobrevivência, pensões de preço de sangue e outras.

As pensões mínimas de aposentação, reforma, invalidez e de sobrevivência são actualizadas em 4,2%.

O subsídio de refeição é actualizado em 4,61%.

As ajudas de custo, em território nacional e ou no estrangeiro são aumentadas em 3,71%, assim como as comparticipações da ADSE.

## Execução de Dívidas à Segurança Social

### Decreto-Lei 42/2001, de 9 de Fevereiro

Cria, no âmbito do sistema de solidariedade e segurança social, as secções de processos competentes para a execução de dívidas à segurança social e a adequação da organização e competência dos tribunais administrativos e fiscais a esta nova realidade.

Consideram-se dívidas à segurança social «todas as dívidas contraídas perante as instituições do sistema de solidariedade e segurança social pelas pessoas singulares e colectivas e outras entidades a estas legalmente equiparadas, designadamente as relativas a contribuições sociais, taxas, incluindo os adicionais, juros, reembolsos, reposições e restituições de prestações, subsídios e financiamentos de qualquer natureza, coimas e outras sanções pecuniárias relativas a contra-ordenações, custas e outros encargos legais.»

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social do distrito da sede ou da área de residência do devedor é o órgão competente para instaurar o processo de execução de dívidas à segurança social, com base nas certidões de dívida emitidas por esta.

## Seguro de Vida

### Portaria 91/2001, de 9 de Fevereiro

Os elementos dos serviços e das forças de segurança dependentes do Ministério da Administração Interna, integrados nas missões policiais, humanitárias e de paz fora do território nacional, têm direito a seguro de vida para reparação dos danos por morte ou invalidez permanente. O início e o fim da garantia reportam-se ao início e fim da missão, abrangendo os momentos e locais de embarque e desembarque.

O período do seguro é de um ano, renovável, e corresponde a 18 meses da remuneração mensal equivalente ao posto de capitão, constituída pela remuneração base do índice do 1º escalão, acrescida do suplemento de missão, multiplicado pelo número de beneficiários.

No caso de morte ou incapacidade total permanente o valor da indemnização corresponderá ao capital seguro individual e em caso de incapacidade parcial permanente a indemnização é calculada tendo em consideração as percentagens de desvalorização constantes da Tabela Nacional de Incapacidades.

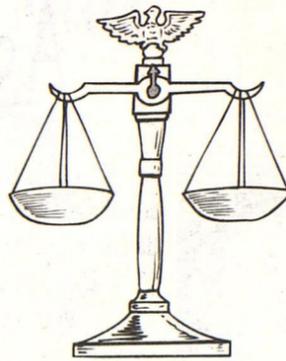
## Crédito à Habitação

### Decreto-Lei 45/2001, de 10 de Fevereiro

O presente diploma consagra, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001, a isenção de quaisquer taxas ou emolumentos a «todos os actos notariais e registrais decorrentes, quer da mudança de regime de crédito, quer de instituição de crédito mutuante, quer ainda de mudança simultânea de regime e de instituição de crédito mutuante, ..., desde que o capital em dívida de cada empréstimo em causa não exceda, à data da prática dos referidos actos, 30 milhões de escudos ou 149 639,37 euros.»

por Helena Afonso

## A advogada responde



## Varanda

"Ao requerer a caderneta predial da minha fracção, constatei que aí estava registada uma varanda que não foi construída. Em consequência, o valor patrimonial atribuído à minha fracção e a contribuição autárquica são de montante superior ao devido.

Gostaria de saber se o direito me assiste no pedido de uma indemnização adequada, ainda que por via litigiosa, visto que os bens descritos nas finanças não correspondem à realidade e é tecnicamente impossível repor a verdade fisicamente".

Em primeiro lugar é de referir que em relação aos factos que apresenta não é impossível repor a verdade. Para o efeito, o proprietário da fracção deverá dirigir-se à repartição de finanças pertencente à área do prédio a fim de preencher o modelo 129 com vista à alteração da descrição da fracção, para que as finanças possam deste modo rectificar o constante da caderneta predial e bem assim o valor patrimonial da fracção e da contribuição autárquica.

Simultaneamente há que verificar se o erro consta da escritura de constituição do prédio, e se eventualmente haverá erros referentes a outras fracções do mesmo prédio o que poderá afectar o cálculo das permissões.

Se assim for, deverá ser convocada uma assembleia geral de condóminos a fim de se alterar a escritura de constituição do prédio, para o que será necessário em regra a unanimidade dos condóminos.

Em relação ao direito a uma indemnização há que apurar se no momento da venda da fracção, o comprador teve ou não conhecimento de que a referida varanda estava em falta, questão que em princípio só se poderá colocar se o comprador não visitou a fracção antes de efectuar a compra, isto é, se comprou a fracção antes da mesma estar construída baseando-se na respectiva planta.

Se o comprador visitou a fracção antes de a comprar, em princípio não poderá alegar e provar que não teve conhecimento da falta da referida varanda, não podendo em consequência, ser imputada qualquer responsabilidade por esse facto ao vendedor.

No caso da compra ter sido efectuada através de planta na qual constava a referida varanda, e tendo o vendedor agido de má fé, excluindo a hipótese de crime, poderá intentar uma acção judicial contra o mesmo, se não tiverem decorrido mais de três anos sobre a data em que tomou conhecimento dos factos que dão direito à indemnização cível.

Inês Soares de Castro

A Coluna do Zangão

# Assim não há descontentes



Victor Sengo

A cada acto eleitoral correspondem duas verdades inegáveis:

- Durante a campanha eleitoral o apelo ao voto dos indecisos e abstencionistas;
- Após o acto eleitoral, a condenação dos que se abstiveram.

As forças políticas que estoicamente percorreram o território em monólogos festivos, distribuindo lembranças e beijos lambuzados em pose de circunstância, apontam, com indisfarçável mágoa, o dedo aqueles que, não tendo comparecido ao acto eleitoral são apelidados de desleixados e outros "mimos" nos quais se inclui traição, indignos de tais esforços e sacrifícios.

Findo o acto eleitoral verificamos que apenas há vencedores. Uns venceram as sondagens, outros porque ganharam onde nunca tinham ganho, outros porque os seus objectivos foram ultrapassados.

Óptimo, assim não há descontentes.

Será que todos os que se abstêm são despreocupados, ou ao invés haverá uma maior consciência na abstenção?

E claro que quanto menos votos, menos dinheiro para os partidos. Poderá ser um contribuinte para o tão almejado défice orçamental.

E, depois realmente o povo é um ingrato.

Pensar que pessoas que trabalharam nos campos 50 e mais anos vivem desafogadamente com reformas de 30 e tal contos mensais, como poderão eles dar valor ao cidadão que, mercê de ocupar um cargo político ganha muito mais do que isso por dia?

Está calmamente sentado o pescador porque as condições atmosféricas não lhe permitem exercer o seu mister, e por tal não ganha o seu sustento. Mas fica livre de se preocupar como há-de gastar o pecúlio

Como poderá ele compreender o Sr. deputado "bi-turbo GT" que além da Assembleia ainda tem que gerir 18 Empresas?

Realmente somos uns néscios incapazes de compreendê-los.

Poderão eles (os políticos) compreender e desfrutar das alegrias de às 5 horas da manhã estar numa bicha para uma consulta adiada da Caixa?

Poderão eles saborear o aroma duma sopa de "hormonas" eufemisticamente apelidada de canja?

Enquanto são obrigados a passear de avião, alojarem-se em hotéis com tantas estrelas que confundem o firmamento, não podem gozar o ar puro das minas, partilhar as alegrias da desagregação pulmonar.

Um ex-presidente que torceu uma unha em viagem laboral foi obrigado a passar à frente de todos os que estavam nesse hospital particular. Ele bem gritou que queria as delícias de uma enfermaria pardacenta com cheiro a bafio e carente de todo o género, por vezes até de humanismo, mas nada.

Sacrificaram-no a exames minuciosos em salas assépticas.

Se não sabem dar o justo valor a quem é obrigado a usufruir de reforma ao fim de meia-dúzia de anos, exercer vários cargos em simultâneo, participar em comezainas que incluem artistas convidados, viajar escoltados, privando-se assim das alegrias dos engarrafamentos, não entrar em transportes públicos onde verdadeiramente se faz jus ao "povo unido", como poderão participar em actos eleitorais? •

## Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

### Júlio Dionísio Silva

Associado n.º 5607  
54 anos  
Faleceu no dia  
13/01/01



Residia no Entroncamento. Deixa viúva Maria da Conceição Ribeiro dos Santos da Silva. Serviu na Guiné, na 15.ª Companhia de Comandos.

### Manuel Jacinto Júnior

Associado n.º 11266  
79 anos  
Faleceu no dia  
19/11/00



Residia na freguesia de Coruche. Deixa viúva Maria Natércia Barroca.



Comércio, Indústria e Representações, Lda.

## PUNTO



## PALIO WEEKEND



## MAREA WEEKEND

### CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano  
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND  
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND  
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

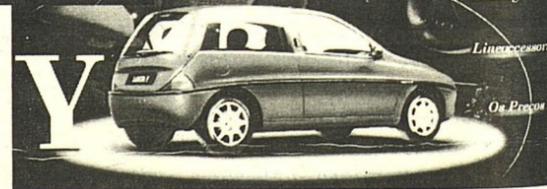
www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

**TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.**

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Comércio, Indústria e Representações, Lda.



### CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano  
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND  
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND  
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

**TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.**

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

# Campanha e Serviço

Fez, precisamente, 30 anos, no dia 03-01-2001, que 3 jovens portugueses na flor da idade e no auge da sua juventude, no cumprimento do seu serviço militar obrigatório, sofrem um grave acidente de viação na Guerra Colonial, no Norte de Angola, no decorrer de uma grande operação militar e o qual, tragicamente iria mudar o rumo de suas vidas já que, infelizmente, um desses jovens viu nesse fatídico dia ser cortado o seu ciclo de vida ao falecer, ficando os outros dois deficientes. Mas, infelizmente, com destinos diferentes, ou seja, um foi considerado em Campanha e o outro foi considerado em Serviço!

Conforme se pode constatar, estes 3 jovens que a Guerra Colonial aproximou, tinham vários pontos em comum, como passo a descrever:

1. Eram jovens portugueses que não renunciaram a sua Pátria, quando a mesma precisou dos seus sacrifícios;
2. Não foram para a Guerra devido aos salários que na época se usufruía, até porque os mesmos eram baixíssimos, e mal davam para nós fazermos face às nossas prementes necessidades, como é do conhecimento de todos que viveram nessa época;

3. Para mim, este é o ponto mais importante já que passados 30 anos, este ponto ainda continua actual. Nenhum deles tinha como aspiração condecorações ou promoções mas tinham sim, a lógica pretensão de que o tempo passasse o mais rapidamente e que já só faltavam 6 meses para as suas comissões chegarem ao fim, para então, serem devolvidos sãos e salvos às suas famílias, à sua terra, aos seus amigos depois de viverem intensamente essa grave experiência, que foi participar na Guerra Colonial.

Quem está a escrever esta história da vida real, que toda a ADFA conhece, já sabem quem é.

É o mesmo quem tem lutado ao longo destes anos, contra os pareceres injustos, incorrectos e acima de tudo discriminatórios do MDN, assim como, contra os lapsos que o seu processo contém.

Espero que não seja preciso mais tempo para clarificar aquilo que está clarificado a partir da data que fomos mobilizados para a guerra e sofremos os acidentes que nos deficientaram no palco da guerra ou em preparação para a mesma, para que de uma vez por todas se acabe com toda a situação de injustiças que reina na nossa casa (ADFA), porque eu, sinceramente, nunca com-

preendi. Sendo este ponto, a clarificação do conceito de "Campanha", "Serviço de Campanha" e "Situações de Risco Equiparado", como prioritário no nosso plano reivindicativo e aprovado no IV Congresso da ADFA, não se tomem medidas para que esta justa reivindicação se concretize.

Espero que passado todos estes anos e numa altura em que os capitães da época querem ser generais, os alferes querem ser capitães, os sargentos querem ser tenentes e até os soldados querem ser sargentos, toda esta confusão que o Dec. Lei 134/97 veio trazer, não sirva para desviar o trilho justo e correcto das nossas ansiadas aspirações.

Eu tinha mais para dizer mas fíco-me por aqui com o meu grito de revolta com a seguinte frase.

"Passados 30 anos,  
As feridas da Guerra Colonial  
Ainda sangram!  
E não as querem deixar cicatrizar,  
Mas pior do que tudo isto:  
É-nos quererem fazer crer  
Que ela não existiu!" •

Daniel Folha

## "Sinto que sou marginalizado; basta ler o Dec. Lei N.º 134/97, de 31 de Maio. Por isso, só escrever não chega"

1. Título deste artigo foi retirado de um escrito, da autoria de um associado (Zeferino Marcela), e publicado no último "ELO". Pretendemos, com isso, demonstrar que existe uma grande consciência nos DFA's, particularmente na classe de praças, da grande injustiça praticada com a publicação do D.L. 134/97 e que, simplesmente, nos discrimina dos seus efeitos jurídicos.

2. Como têm escrito alguns dos nossos melhores escritores, o povo, na sua simplicidade, tem a sabedoria suficiente para saber distinguir o justo do injusto. E o sentimento de injustiça gerado em nós, pela publicação daquele diploma, está a ser firmemente demonstrado na medida em que determinámos, com precisão, os efeitos nefastos, por ele produzidos, nomeadamente, pela nossa discriminação.

3. Apesar disso nós, praças DFA's, com toda a nossa humildade, ainda que, nocivamente, afastados dos normativos do diploma em apreço, temos vindo a ter uma postura de grande dignidade, pese embora vítimas de tamanha injustiça.

4. Mas ninguém poderá esquecer que também somos pessoas reais e vivas, com a perfeita noção de que é a vida que determina a consciência. E a nossa razão, com todas as formas de consciência que lhe correspondem, dá-nos força para, mesmo não perdendo a nossa postura, reflectirmos sobre a discriminação que nos está a ser imposta. E ainda, para considerar que essa mesma discriminação diz respeito, em primeiro lugar, a cada um de nós, e depois, a todos os que estão a ser injustiçados.

5. Assim, cada um de nós é, em primeira linha, o responsável pelo sucesso desta luta assumida, já que com a publicação do D.L. 134/97 foi posta em causa a origem da nossa certeza, a consciência do que julgamos valer!

6. E, como nós praças DFA's, acreditamos na nossa razão, esperamos que, quem deliberadamente, nos discriminou e continua a querer discriminar, se penitencie e que em boa consciência mande rectificar a injustiça cometida, ou seja, atribuir também aos praças DFA's os mesmos direitos atribuídos, aos sargentos e oficiais, pelo D.L. 134/97.

7. Na verdade, aquele diploma ao marginalizar-nos, apresenta-se com um fundo obscuro, de contornos indefinidos, anunciadores de uma má consciência. O raciocínio do legislador, na elaboração daquele diploma, conduziu a uma conclusão falsa. E isso, não poderemos deixar ficar sem história, sob pena, de nós praças DFA's, as grandes vítimas dessa lei, ficarmos ainda mais mutilados.

8. Não seremos nós próprios se não formos capazes de sentir na nossa consciência e, desse modo, reagir à discriminação que nos está a ser feita. Nem o valor da nossa razão, buscado na ética, na justiça e na moral, seria de grande consideração.

9. Do mesmo modo, as nossas convicções, do que é justo ou não, e que crescem cada vez mais sempre que, uns com os outros, partilhamos esta discriminação deliberada, correriam o risco de não serem impostas nem aceites.

10. Mas, com a nossa forte consciência de pessoas livres, de pessoas que também sabem distinguir o justo do injusto, estamos conscientes para reivindicar o que, por direito, nos é devido, por ser totalmente justo.

11. E com isso, provamos que sabemos reflectir, analisar e que também temos capacidade de apontar quem, irresponsavelmente, nos está a marginalizar e a discriminar.

12. Esta situação, insustentável, constitui o cerne das nossas inquietações, enquanto DFA's, e, constitui ainda, a nossa principal preocupação por não ser reconhecida, pelo poder político, a nossa dignidade como pessoas.

13. Por isso, cumpre-nos a indispensável missão de impedir o nosso encapsulamento, ou seja, não sermos excluídos do universo, indivisível, dos DFA's. Porque essa exclusão resulta de um grave erro de fundamentos, proveniente das convicções do legislador, torna-se muito gravosa dos nossos direitos.

14. E como temos a razão do nosso lado, assistenos a legitimidade para exprimirmos este sentimento de revolta.

15. Esta injustiça, que está a ser feita aos DFA's oriundos da classe de praças, não pode assentar no

pressuposto de que se pretendeu eliminar uma injustiça, feita a outros DFA's, em virtude de não terem optado pela continuação do serviço activo, como a Lei lhes faculta.

16. Dispensamo-nos de entrar em maiores detalhes sobre esta falsa questão, pois sabemos que não há, nessa situação pontual, qualquer indício de injustiça.

17. Mas já não nos dispensamos de dizer que, por maioria de razão, os praças DFA's teriam que ser os primeiros a beneficiar dos direitos previstos no D.L.134/97, uma vez que, eles sim, foram impedidos de poder optar pelo serviço activo, ao contrário de todos os outros DFA's. Aqui sim, está bem clara uma grande injustiça que o poder político esconde e quer continuar a esconder.

18. E nesse sentido, aguardamos que o poder político, tão ágil em dar mais regalias àqueles que de maiores já usufruíam, corrija rapidamente, pela mão do legislador, a grande injustiça que cometeu, e continua a cometer, contra os DFA's oriundos da classe de praças.

19. Por último, diremos que, como tudo na vida, o civismo e a correcção também têm os seus limites. E também, como em tudo na vida, há momentos em que é necessário tomarem-se decisões para, e neste caso concreto, pelejarmos para que, de uma vez por todas, nos seja feita justiça.

20. POR ISSO É VERDADE, CAMARADA ZEFERINO, QUE SÓ ESCREVER NÃO CHEGA!!!

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO PARA OS DFA's \*

Francisco Janeiro, José Salazar, Isaac Rodrigues, Fernando Carvalho, José Maria Moreira e Barroso

\* Para mais informações, contactar: TM. 933299528-919413356 - 965528988

### Opinião

## A Corda



José Maia

A reacção da organizada armada, agora em outras águas, na reunião do último C.N., veio dar razão aos que pensam, felizmente muitos, que o finado executivo perdeu definitivamente o contacto sério com as realidades associativas, fechando-se no

auto elogio, que lhe faz perder a perspectiva sobre o muito que há a fazer na Associação, e sobre as forças necessárias para se conseguir justiça para todos os Deficientes Militares.

A iniciativa de "ALMA e CORAÇÃO", assentou num trabalho sério e sólido, de convicções e ideais, transparente e aberto, certamente incompleto, mas suficientemente ali-cerçado em ideias e valores, para ser reconhecido, apoiado e até elogiado, por todos os que se revêm na verdade. Do outro lado responde-se com insultos a associados com provas dadas, imanimáveis, talvez por isso, da corda!?

Chame-se-lhe o que se quiser, o Elo não vai quebrar e o isolamento da má fé será uma realidade. Os associados não são estúpidos.

A atenção deste pormenor, para os pseudo timoneiros, que mais não fizeram que empurrar o barco para a falésia. Hoje prova-se, esta numa situação precária, inconcebível, tendo em conta o que se dizia e apregoava aos mares. Associados, militantes de base e competência associativa e moral para discutir os problemas e possíveis soluções, associaram-se ao projecto, espontaneamente e sem sofismas num amplo espaço de discussão e crítica, sem estigmas, por confiarem, por acreditarem. A abertura ao colectivo, que tão urgente e necessária se afigurava, foi interpretada malévola, como de coisa arruaceira, anti associativa, o que vindo de onde vem, não admira!...

É difícil imaginar que tal tipo de reacção se modifique. "ALMA e CORAÇÃO", não é slogan. É forma de estar e de ser, independente, cuja luta é a ambição pelo bem comum e cujos activistas são gente de vários quadrantes de pensamento, incluindo quem num passado recente navegou enganado, julgando-se em rota certa.

A sensibilidade, "ALMA e CORAÇÃO", não se deixará intimidar pelos insultos e calúnias, apontados a alvos escolhidos, por se fazer um trabalho sério e transparente. Continuar-se-á a inabalável luta por uma ADFA mais aberta, mais democrática e participada, para melhor e digna qualidade de vida, que se deseja para todos, e que efectivamente os Deficientes Militares e suas famílias merecem. •

## Comparticipações ADME

Segundo os novos regulamentos da ADME, os prazos para pagamento das participações da ADME são actualmente de três meses (a contar da data do recibo). O prazo que era até ao final do ano ficou assim reduzido, devendo os associados estar atentos a estas novas normas, com vista a precaver eventuais prejuízos.



Amargura

Nuno Santa Clara

As crianças-soldados não são uma invenção recente. Nas guerras de extermínio (que se julgava serem do passado) o recurso às crianças derivava tanto da necessidade de aumentar o número dos combatentes, como da consciência das próprias crianças de que não seriam poupadas pela sua tenra idade.

A grande diferença reside em que actualmente se recrutam deliberadamente menores, apostando no seu entusiasmo, inconsciência, baixo preço e ausência de reivindicações. É sempre útil lembrar a frase lapidar de um general francês na primeira guerra mundial, ao felicitar um ás de aviação de 18 anos: não há como as crianças para fazer a guerra!

A ADFA tem alinhado incondicionalmente com outras Instituições na condenação dos que usam (ou melhor, abusam) das crianças-soldados, nomeadamente através da FMAC.

As imagens terríveis que nos chegam de vários conflitos, sobretudo em África, têm-nos ajudado a tomar consciência desse flagelo. Crianças sem infância, sem família, sem objectivo de vida, sem educação e sem brinquedos que não sejam as Kalaschnikov ou M-16.

Aparentemente, a repulsa por esta situação é universal. Mas na verdade não é! Porque há conflitos em que a participação de menores parece envolta num manto diáfano de legitimação.

Objectivamente, a célebre Intifada tem sido uma guerra travada por adolescentes. Não é necessário fazer longas, profundas e sábias pesquisas sobre o assunto: basta gravar a imagens que todos os dias nos entram pelos vários canais de televisão. Lá estão as crianças, armadas de fígas e fundas, a atacar o ocupante sionista.

Legitimidade à parte, são crianças criadas no ódio que se exprimem como bem entendem, com a agravante do apoio exuberante dos progenitores e discreto das bem pensantes e politicamente correctas sociedades ocidentais (não vão o diabo das crianças ganhar a guerra e ficarmos em má postura!)

Mas não posso deixar de pensar no que será o futuro desses adolescentes, passada a fase táctica do seu aproveitamento como combatentes mediáticos.

Na afirmação de um povo ao seu direito à existência, assiste-se por vezes a acções pouco ortodoxas. A guerrilha surgiu precisamente da constatação da ineficácia dos meios convencionais. Mas será isso a legitimação de todos os actos?

Porque, ao contrário de muitos admiradores do sacrifício alheio, não posso evitar um sentimento de amargura ao ver fazer a guerra por interposta pessoa - sobretudo por quem dela tem a visão de um jogo da infância que não teve. •



Director: António Carreiro  
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa  
 Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610  
 E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



## DL 503/99 e DL 134/97 em destaque

### Reunião Extraordinária do CCADFA

Analisar o anteprojecto de lei que visa a suspensão da aplicação do DL 503/99 aos militares e ex-militares e autorizar o governo a legislar sobre a matéria, foi o assunto que dominou a reunião extraordinária do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), convocada expressamente para o efeito e realizada no Ministério da Defesa Nacional (MDN), no dia seis de Fevereiro.

A representar a ADFA esteve o presidente da DN, Patuleia Mendes, acompanhado do consultor jurídico da Associação.

O debate centrou-se na necessidade de criar um diploma global e estruturante para os acidentes e doenças dos militares e ex-militares, "respeitando os princípios consagrados na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, no Estatuto dos Militares das Forças Armadas e na Lei do Serviço Militar."

Outra das tónicas dominantes foi a de que, de forma alguma, a nova legislação poderá trazer diminuição de direitos e garantias em confronto com as leis vigentes.

"Toda esta situação foi despoletada por uma forte reacção da ADFA à publicação do DL 503/99, que não acautelava a situação dos militares e ex-militares e até retirava direitos relativamente aos existentes", recordou Patuleia Mendes.

"Aguarda-se a definição de uma metodo-

logia de trabalho a estabelecer pelo MDN, que poderá passar pela elaboração, quase imediata, daquilo que a ADFA, por vezes, designa por Estatuto do Deficiente Militar", concluiu o dirigente.

### DL 134/97

A ADFA participou numa reunião técnica com a Direcção-Geral de Pessoal do MDN, no dia 1 de Fevereiro, no sentido de trocar impressões sobre a proposta de anteprojecto de decreto-lei que está a ser preparada no MDN a fim de ultrapassar as inconstitucionalidades do DL 134/97.

Estiveram presentes os representantes dos três ramos das Forças Armadas, tendo a ADFA sido representada pelo 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes, e pelo consultor jurídico, António Carreiro.

A ADFA, além de ter referido a posição sustentada pelos praças nas reuniões associativas anteriores, "manifestou claramente e com intensidade a sua discordância em relação a dois aspectos fundamentais da proposta de anteprojecto", aludiu Santa Clara Gomes, referindo-se ao facto de não se encontrarem abrangidas as situações de DFA da Guerra Colonial qualificados após o DL 43/76, e de não ser resolvida a situação dos praças.

O documento relativo ao DL 134/97 do grupo de acompanhamento foi enviado ao MDN.

No dia 15 de Fevereiro, Patuleia Mendes, presidente da DN, encontrou-se informal-

mente com Carlos Encarnação, do grupo parlamentar do PSD, tendo trocado impressões sobre o projecto de lei apresentado por este grupo na Assembleia da República, que aguarda agendamento.

O documento elaborado pelo grupo de acompanhamento sobre a análise deste projecto foi-lhe enviado previamente.

"A ADFA defendeu em ambas as reuniões, e defende, uma solução global para a questão, respeitando de modo igual todas as classes e mencionando expressamente a de praças", esclareceu Patuleia Mendes.

### Audiência com a presidente da Cruz Vermelha Portuguesa



No dia 22 de Fevereiro, a presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), Maria de Jesus Barroso, recebeu a DN, que lhe apresentou cumprimentos e manifestou a disponibilidade de colaborar com a CVP, em diversos domínios, designadamente em todas as áreas inerentes ao Lar Militar.

"A dra. Maria Barroso, num encontro muito cordial, aceitou a também desejada colaboração da ADFA, nomeadamente na actual fase de remodelação e transformação do Lar Militar", referiu Patuleia Mendes, presidente da DN.

Da entrevista, com direito a mais justo destaque informativo e fotográfico no próximo número, por razões do fecho desta edição, sobressai o breve reinício das actividades do Conselho Consultivo do Lar Militar, que a ADFA integra, e o "convite aceite pela presidente da CVP para visitar a nossa Associação."

À hora do fecho desta edição, sabemos que está prevista a reunião do CNRIPD na Sede Nacional da ADFA, com a presença dos secretários de Estado Rui Cunha e Paulo Pedroso, sobre a qual o ELO dará notícia no próximo número. •

### Reunião do CNRIPD

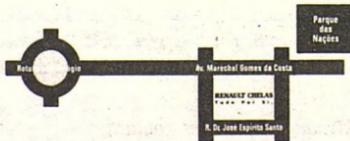
À hora do fecho desta edição, sabemos que está prevista a reunião do CNRIPD na Sede Nacional da ADFA, com a presença dos secretários de Estado Rui Cunha e Paulo Pedroso, sobre a qual o ELO dará notícia no próximo número. •

R.V.



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
  - ▶ O horário de atendimento é enorme.  
8h - 20h durante a semana  
9h - 19h ao fins-de-semana
  - ▶ O horário da oficina é igualmente grande.  
8h - 24h durante a semana  
8h - 18h ao sábado
  - ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
  - ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.
- Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS  
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA  
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91  
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA